



ATA N.º 35/XI-3º/2015-16

1 - Aos vinte e seis dias do mês de novembro de dois mil e quinze, pelas 21H00, na Sociedade Recreativa Musical Trafariense, sita na avenida da Liberdade, nº 20, na Trafaria, realizou-se a Segunda Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Almada, referente ao mês de novembro, com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

2 - Período de Antes da Ordem do Dia

3 - Período da Ordem do Dia

...

3.2 - Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre:

3.2.1 - “Opções do Plano do Município para 2016”

3.2.2 - “Orçamento do Município para 2016”

3.2.3 - “Mapa de Pessoal do Município para 2016”

3.2.4 - “Opções do Plano dos SMAS para 2016”

3.2.5 - “Orçamento dos SMAS para 2016”

3.2.6 - “Mapa de Pessoal dos SMAS para 2016”

3.3 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Afetação ao domínio público municipal do prédio urbano sito em Quinta de Santo António, Vila Nova de Caparica, Caparica”

3.4 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Afetação ao domínio público municipal da parcela de terreno, sita no Sítio da Margueira, na freguesia de Cacilhas”

3.5 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Desafetação do domínio público municipal de parcelas integrantes do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana e Funcional de Cacilhas”

3.6 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Afetação ao domínio público municipal por doação de terreno, na Quinta da Carcereira, freguesia da Sobreda”

3.7 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Monitorização da ARU da Cova da Piedade”

3.8 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Monitorização da ARU do Pragal”

3.9 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Monitorização da ARU do Monte de Caparica”

3.10 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Alteração ao Regulamento do Prémio Municipal de Arquitetura”



3.11 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Lista de Candidatos a Juízes Sociais”

2 - Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente Sr. José Manuel Maia Nunes de Almeida e pelas Secretárias Sr^{as}. Elisabete Peres Pereira e Sónia Tchissole Pires da Silva.

3 - Fez-se a chamada dos Senhores Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3.1 - Responderam à chamada os seguintes Senhores Deputados Municipais:

José Manuel Maia Nunes de Almeida; Maria Luísa Monteiro Ramos; Carlos Manuel Coelho Revés; Elisabete Peres Pereira; José Alberto Azevedo Lourenço; João Eduardo Alves de Moura Geraldês; Sónia Tchissole Pires da Silva; Nuno Miguel Costa Gonçalves; José Gabriel Guiomar Joaquim; Eva Sofia Borges de Araújo Gomes; José Joaquim Machado Courinha Leitão; Ana Marques Serra e Moura Salvado; João Ricardo Lourenço Quintino; Pedro Miguel de Amorim Matias; Paulo Filipe Pereira Viegas; Nuno Filipe Miragaia Matias; Ana Catarina Ribas Lopes; Luísa Maria Gama Varela; Paulo Alexandre Ribeiro Sabino; António Francisco Salgueiro; Carlos Fernando Gonçalves Guedes; Pedro Manuel Nunes de Oliveira; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; Teresa Paula de Sousa Coelho; Ana Margarida Figueiredo Alves Luna de Carvalho; José Ricardo Dias Martins e Luís Filipe Almeida Palma.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento da Assembleia, registou-se os seguintes procedimentos:

4.2 - Do Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos Senhores Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência:

- O Senhor Deputado Municipal Bruno Ramos Dias, com ausência nos dias 26 e 27 de novembro de 2015, (Ent. nº 4827/XI-3º), (**Conforme Anexo I**).
- O Senhor Deputado Municipal Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino, com ausência nos dias 25, 26 e 27 de novembro de 2015, (Ent. nº 4793/XI-3º), (**Conforme Anexo II**).
- A Senhora Deputada Municipal Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho, com ausência nos dias 25, 26 e 27 de novembro de 2015, (Ent. nº 4822/XI-3º), (**Conforme Anexo III**).
- O Senhor Deputado Municipal Daniel Pedro Sobral, com ausência nos dias 26 e 27 de novembro de 2015, (Ent. nº 4859/XI-3º), (**Conforme Anexo IV**).
- A Senhora Deputada Municipal Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, com ausência no dia 26 de novembro de 2015, (Ent. nº 4862/XI-3º), (**Conforme Anexo V**).
- A Senhora Deputada Municipal Maria d’Assis Beiramar Lopes Almeida, com ausência no dia 26 de novembro de 2015, (Ent. nº 4863/XI-3º), (**Conforme Anexo VI**).
- O Senhor Deputado Municipal Manuel Domingos Rodrigues Batista, com ausência no dia 26 de novembro de 2015, (Ent. nº 4864/XI-3º), (**Conforme Anexo VII**).
- O Senhor Deputado Municipal Sérgio Cantante Faria de Bastos, com ausência no dia 26 de novembro de 2015, (Ent. nº 4865/XI-3º), (**Conforme Anexo VIII**).



- A Senhora Deputada Municipal Alexandra Branco Ralo Barata Correia, com ausência nos dias 26 e 27 de novembro de 2015, (Ent. nº 4762/XI-3º), **(Conforme Anexo IX)**.

4.2.1- Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:

- O Candidato Sr. António Abrantes de Almeida, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 26 de novembro, do eleito Sr. Bruno Ramos Dias, **(Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo X)**.
- O Candidato Sr. José João Santos da Mata, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 26 de novembro, do eleito Sr. Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino, **(Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XI)**.
- O Candidato Sr. Luís António de Matos Vicente, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 26 de novembro, da eleita Sr.ª Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho e por impedimento da cidadã Sr.ª Filipa Raquel da Silva Barroso e do cidadão Sr. José Augusto Tavares Oliveira, **(Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos XII, XIII e XIV)**.
- O Candidato Sr. Joaquim Machado Duarte, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 26 de novembro, do eleito Sr. Daniel Pedro Sobral e por impedimento da cidadã Sr.ª Helga Cristina Rosa Ribeiro - PEV, do cidadão Sr. Mário Filipe Burrica Nunes de Castro, do cidadão Sr. Pedro Miguel Correia da Costa, da cidadã Sr.ª Ana Isabel Ricardo Pato Estevens e do cidadão Sr. Carlos Alberto Marques Machado dos Santos, **(Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos XV, XVI, XVII, XVIII e XIX)**.
- A Candidata Sr.ª Vanda Maria Barreiros de Lima e Silva, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 26 de novembro, da eleita Sr.ª Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, **(Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XX)**.
- O Candidato Sr. Nuno de Avelar Pinheiro, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 26 de novembro, da eleita Sr.ª Maria d'Assis Beiramar Lopes Almeida, **(Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XXI)**.
- O Candidato Sr. Filipe Alexandre Pardal Pacheco, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 26 de novembro, do eleito Sr. Manuel Domingos Rodrigues Batista, **(Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XXII)**.
- O Candidato Sr. Nuno Ricardo Cardoso Augusto, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 26 de novembro, do eleito Sr. Sérgio Cantante Faria de Bastos e por impedimento da cidadã Sr.ª Rita Margarida Cardoso Vieira, **(Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos XXIII e XXIV)**.
- O Candidato Sr. Fernando Manuel Folgado dos Santos, que ocupa a vaga ocorrida por ausência nos dias 26 e 27 de novembro, da eleita Sr.ª Alexandra Branco Ralo Barata Correia, **(Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XXV)**.

4.3 - O Presidente da Assembleia Municipal informou da comunicação da União da Junta das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, em que para o efeito da alínea



c), do nº 1, do artigo 38º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, e devido a justo impedimento do Presidente do respetivo Órgão Autárquico, é substituído na presente Reunião da Assembleia Municipal pelo eleito na União da Junta das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Sr.ª Ilda de Lourdes de Oliveira Dâmaso Garrett, (**Conforme Anexo XXVI**).

4.4 - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registou qualquer falta.

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos e imediatamente encerrado por não haver inscrições para uso da palavra.

6 - Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

6.1 - Entrou-se no ponto 3.2 da agenda com a apreciação e votação das Propostas Nºs 133/XI-3º, 134/XI-3º, 135/XI-3º, 136/XI-3º, 137/XI-3º e 138/XI-3º, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovadas em reunião camarária de 30/10/2015, sobre “Opções do Plano e Orçamento do Município para 2016”, “Mapa de Pessoal do Município para 2016”, “Opções do Plano e Orçamento dos SMAS para 2016”, “Mapa de Pessoal dos SMAS para 2016”, respetivamente, (**Conforme Anexos XXVII, XXVIII, XXIX, XXX, XXXI e XXXII**).

6.1.1 - Para apresentação das referidas Propostas usaram da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal e o Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal José Gonçalves.

6.1.1.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Damos assim início ao debate dos documentos provisionais do Município de Almada que tratando-se do Orçamento Municipal para 2016, as Grandes Opções do Plano para 2016 e o Mapa de Pessoal também para 2016 da Câmara e dos Serviços Municipalizados, nas circunstâncias que decorrem da Lei, estes documentos são acompanhados como anexos dos documentos provisionais dos organismos ou das entidades das quais o Município de Almada é maioritário. Trata-se dos documentos relativos à ECALMA e às Agências de Desenvolvimento Local, a Novalmadavelha e Arribatejo. Os documentos provisionais este ano foram elaborados como todos nos demos conta no contexto que ainda não havia Orçamento do Estado, nem há ainda até este momento, informação relativa a importantes elementos para a construção do Orçamento, designadamente do que se refere às transferências a efetuar pela Administração Central para a Administração Local no quadro daquilo que é a legislação em vigor. Ainda assim e utilizando como critérios aquilo que foram as transferências efetuadas nessas rubricas no ano passado, construímos o Orçamento para 2016. Também à semelhança do ano passado, importa referir que o Orçamento que está ao vosso dispor no valor global de cento e doze milhões, vinte e sete mil, cento e oitenta euros e sessenta e um cêntimos, sendo oitenta milhões, quinhentos e quarenta e nove mil, cento e oitenta e oito euros e noventa e quatro cêntimos referentes à Câmara Municipal e trinta e um milhões, quatrocentos e setenta



e sete mil, novecentos e noventa e um euros e sessenta e sete cêntimos referentes aos Serviços Municipalizados, correspondem às contas consolidadas que é possível apresentar neste momento dado que só podemos contar integrar nas contas do Município aquilo que resulta da transição do saldo de gerência de 2015, quando for submetido a deliberação e aprovadas as contas referentes a este ano de 2015.

E portanto é previsível que nessa altura à semelhança do que aconteceu em 2015, o Orçamento seja reforçado numa verba que rondará os onze a doze milhões de euros consolidando-se assim o Orçamento definitivo para 2016 da Câmara Municipal de Almada e também mais trinta e um milhões, mas depois da revisão serão a ver. Mas possivelmente haverá também um reforço que transita do Orçamento, do saldo de gerência dos Serviços Municipalizados de 2016.

O Sr. Vice Presidente fará também uma breve apresentação relativo ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados, tem esse pelouro que lhe está atribuído, também referentes aos outros documentos provisionais dos Serviços Municipalizados, designadamente às Opções do Plano e o Orçamento.

Em relação à Câmara Municipal, o que gostava de sublinhar é que este documento designadamente no que se refere às Grandes Opções do Plano foram construídos procurando ter uma interpretação ampla daquilo que é o direito da oposição, ou seja, desenvolvendo iniciativas para que em vários momentos as diversas forças políticas com assento na Assembleia Municipal pudessem e estando a par do processo de construção das Grandes Opções do Plano e do conteúdo dessas Opções, e procurando também naquilo que era possível e muito era possível, e foi possível incorporar também outras preocupações para além daquelas que decorrem do respeito e do cumprimento do compromisso que assumimos no nosso Mandato e que correspondem ao voto popular no contexto das eleições municipais de 2013. Ou seja, procurámos ter uma visão e construir de uma forma abrangente e corresponder o mais amplamente possível às várias sensibilidades às nossas Opções do Plano. O Plano está construído em torno de sete eixos estratégicos, sendo o primeiro referente às questões do Planeamento estratégico, Ordenamento e Gestão do Território, sendo que nesta matéria tem particular realce o processo de revisão do Plano Diretor Municipal que nos propomos calendarizar e que brevemente e que depois durante o debate a Sr.^a Vereadora Amélia Pardal poderá precisar alguns elementos sobre o processo de calendarização referente ao Plano Diretor Municipal, que será como outros instrumentos de ordenamento do território construído na base de uma ampla participação popular.

Mantem-se como objetivos estratégicos aquilo que decorre dos instrumentos de ordenamento do território que já estão aprovados, designadamente no que se refere ao Plano de Urbanização de Almada Nascente e também àquelas que são as preocupações centrais que de várias formas já manifestámos e nos fazem chegar relativas à requalificação urbana e



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

ambiental da Costa da Caparica e também no que diz respeito à valorização da zona ribeirinha do Ginjal ao Pragal, entre outras, quero-vos dizer para não ser demasiado exaustivo e demorado nesta primeira intervenção.

As questões relacionadas com as áreas de reabilitação urbana de que ontem já demos nota no que diz respeito à Atividade nos últimos três meses continuará a incorporar muitas das nossas preocupações e dos nossos esforços durante o ano 2016, a mesma coisa no que diz respeito às áreas urbanas de génese ilegal.

Continuaremos a intervir nos territórios deprimidos com medidas de carater transitório por forma a melhorar as condições de vida daqueles que aí vivem e o ano 2016 será marcado também por uma intervenção mais extensa na ex-Estrada Nacional 377 da Charneca de Caparica. Também no que diz respeito a outras importantes vias do nosso território e dando sequência a um trabalho de planeamento de intervenção que já vinha a ser desenvolvido pelos nossos serviços, contamos que em relação às principais vias possamos durante o ano de 2016 progredir num investimento que será Volumoso, à volta de sete milhões e quinhentos mil euros, mas que não podendo ser todo realizado em 2016 como imaginam e iniciaremos em 2016 uma intervenção sistemática nesses eixos.

No que se refere às áreas de desenvolvimento económico, acreditamos com a instalação de uma nova unidade orgânica no âmbito da direção municipal responsável pelo planeamento, possamos dar um impulso mais qualificado e sustentado no que diz respeito à promoção do território e à nossa atratividade junto de investidores e manteremos naturalmente a nossa intervenção de estímulo ao empreendedorismo local através das nossas Agências de Desenvolvimento Local.

No que se refere ao segundo eixo, relacionado com as questões do ambiente, biodiversidade e energia, como todos estão sobejamente informados, esta matéria seja pela importância que foi ganhando no âmbito dos impactos e da avaliação dos impactos das alterações climáticas, seja porque se tornou uma matéria prioritária no âmbito de importantes processos de apoio ao investimento designadamente aqueles que resultam da iniciativa da União Europeia, e estou-me a referir aqui aos chamados fundos do Portugal 2020 e a outros fundos estruturais, que essa matéria não deixará de ter grande importância na nossa atividade durante o ano ou continuará a ter grande importância na nossa atividade durante o ano de 2016. Naturalmente que há preocupações que nos estão mais próximas e às quais continuaremos a dar a maior importância, até porque são matérias de carater estratégico, nomeadamente no que se refere a manter a gestão pública municipal do ciclo da água. Uma matéria que tão grande polémica teve nos últimos anos e também relacionadas com o facto de continuarmos a não nos conformar com o processo de privatização da EGF e da AMARSUL, e também na esfera da gestão dos resíduos manteremos uma intervenção pretendendo que a nossa responsabilidade seja plenamente assumida. Sabemos que é uma área onde têm existido problemas, sobre



isso temos falado sobejamente nas nossas reuniões, mas nunca a Câmara Municipal de Almada se esquivava às suas responsabilidades nesta matéria e sentimos que a nossa responsabilidade pública nestas áreas sendo mais evidente e responsabilizando mais a todos poderá ajudar a resolver melhor estas questões.

No que diz respeito à mobilidade urbana e acessibilidade, a nossa aposta nos transportes públicos mantém-se. O Plano Estratégico de Mobilidade Urbana de Almada mantém-se como uma preocupação em desenvolvimento e cuja elaboração e aperfeiçoamento procuraremos desenvolver em 2016 e também em relação ao Plano Municipal de Promoção das Acessibilidades procuraremos, estando já esse Plano executado, procuraremos que através da sua divulgação todos nos consciencializemos mais sobre as matérias que com ele se prendam e possamos ter progressos na sua execução.

No que se refere à educação, à formação de conhecimento e juventude, continuaremos a mobilizar a Carta Educativa, tendo em conta os impactos da evolução demográfica e as alterações que aqui se verificam, mas com a preocupação que a rede de ensino público seja qualificada e que a nível das nossas responsabilidades no âmbito do 1º Ciclo e do Pré-Escolar possamos assumir plenamente. A Escola EB para o 1º Ciclo e da Charneca avançará já durante o ano de 2016, para que a possamos ter construída e entrar em funcionamento em 2017. É essa a nossa aposta e manteremos naturalmente o processo de qualificação da nossa rede escolar naquilo que já temos afirmado. No Plano da Ação Escolar, há um esforço significativo das verbas orçamentadas para esta área e vamos reforçar a nossa ação de apoio às crianças e às famílias durante os períodos de interrupção escolar. Na sequência daquilo que já foi feito este ano e naturalmente apoiando quer por iniciativa própria da Câmara, quer através do apoio a iniciativas de outras entidades.

No que se refere ao Fórum Municipal da Juventude, matéria que veio aqui à liça nas últimas reuniões, ele será posto em funcionamento e será dotado de uma verba que permita que o Fórum não só tenha maior visibilidade e presença na atividade e no estímulo à participação juvenil como possa atender àquilo que foram as preocupações manifestadas pela Assembleia Municipal nesta matéria.

No que se refere à Cultura, ao Desporto, à Solidariedade e à Segurança manteremos o nosso investimento nas áreas da cultura e do desporto, procuraremos atender às expectativas que estão criadas, no sentido de reforçarmos a nossa rede de equipamentos nas freguesias onde ela está mais debilitada e onde se torna mais necessário, concretamente na Costa, na Charneca e na Sobreda serão desenvolvidos os estudos que permitam avançarmos o mais rapidamente possível com o reforço da rede da nossa rede de equipamentos culturais. Sublinhar o papel e o nosso compromisso para com o Plano Municipal de Emergência que manteremos e reafirmando que não faltarão as verbas para que ele se possa atender àquilo que são as necessidades da nossa população. O Plano Municipal Contra a Violência



Doméstica também é nosso propósito que possa avançar durante o ano de 2016 e que mantendo aí as nossas responsabilidades. No que diz respeito ao realojamento e à habitação, há um reforço muito significativo da verba e o nosso programa de realojamento prosseguirá, apesar das contrariedades e dificuldades que como imaginam encontramos.

No que diz respeito à Administração do Poder Local e às questões relacionadas com a participação, transparência e eficiência, tendo em conta a experiência do 1º Congresso Almada, procuraremos realizar no primeiro semestre de 2016 o 2º Congresso, sendo que a proposta a fazer à Assembleia que sobre esta matéria deliberará e com certeza se lembrarão é composta por todos os eleitos municipais na Assembleia Municipal, os eleitos de Vereação e também das Assembleias de Freguesia e Juntas de Freguesia, a essa Assembleia será apresentada uma proposta para que o tema seja o da participação e da proximidade na Administração Local, onde sem tabus possamos discutir estas, todas as matérias que se prendam com esta realidade e com esta dinâmica.

Avançaremos na concretização do Plano para a Igualdade de Género e também são conhecidas as nossas preocupações e o nosso esforço que se manterá no apoio ao Serviço de Proteção Civil.

Referir finalmente que o processo de descentralização política de competências para as Freguesias se manterá e que não estando completada a avaliação do processo iniciado o ano passado e que decorre da aplicação da Lei 75/2013, iremos procurar garantir para já que o volume das verbas transferidas para as Freguesias se mantenham. Para já mantenham e fazendo as correções necessárias no âmbito do processo de revisão orçamental a decorrer em abril.

Também no que diz respeito aos trabalhadores, o Sr. Vice Presidente depois referir-se-á às questões do Quadro de Pessoal, mas o nosso empenho em que as condições de trabalho e garantias de emprego público sejam plenamente asseguradas, que as nossas necessidades em várias áreas possam ser satisfeitas na justa medida também nas possibilidades que a Lei nos oferece e os recursos que o Município dispõe e também é nosso empenho que o ACEP consagre o horário de trabalho das 35 horas possa ser publicado e entre em vigor, correspondendo àquilo que foi a decisão do Tribunal Constitucional sobre esta matéria.

Sumariamente embora um pouco mais longo do que aquilo que desejava, Sr. Presidente eram estas as palavras que queria dizer no início deste debate.

As Opções do Plano e o Orçamento da Câmara Municipal de Almada para o exercício de 2016 que agora se apresentam, dão continuidade ao compromisso assumido com os almadenses e as almadenses no sentido do desenvolvimento e criação de condições para a elevação permanente do seu bem-estar e qualidade de vida.

O propósito que anima e determina as grandes opções para 2016 configura o objetivo de colocar os recursos, o saber e a capacidade de intervenção concreta do Município ao serviço



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

de um permanente combate às dificuldades mais sentidas por toda a população, com particular atenção para os mais carenciados.

As Grandes Opções do Plano para 2016 assumem a concretização de múltiplas tarefas e frentes de trabalho que correspondem às responsabilidades e atribuições legais próprias do Município. Consideram também o alargamento da intervenção municipal a áreas de atividade que, não sendo da direta responsabilidade do Poder Local Democrático, correspondem, não obstante, a necessidades emergentes de muitos dos nossos concidadãos.

No respeito pelas linhas essenciais do programa político que executamos em consequência da expressão da vontade do Povo de Almada, optámos de novo por levar a debate mais alargado as linhas de orientação em concreto, procurando incorporar no documento que apresentamos contributos que, oriundos de visões e interpretações distintas da realidade concelhia, representam ajudas significativas à melhoria da atividade geral do Município.

Em termos orçamentais, a proposta apresentada reflete por um lado a saúde financeira do Município, e por outro os constrangimentos resultantes das políticas impostas em desrespeito pelo Poder Local, bem como das normas contabilísticas que estamos obrigados a cumprir.

Os valores agora apresentados serão complementados depois da aprovação das contas do Município em Abril de 2016, momento a partir do qual poderemos integrar as disponibilidades permitidas pelo saldo de gerência à data do encerramento das contas de 2015.

Procuramos, no entanto, desde já assegurar as dotações das rúbricas indispensáveis aos concursos públicos a lançar e aos compromissos a respeitar. De entre estes, o compromisso em reforçar as rúbricas destinadas à intervenção social.

Em síntese, referem-se abaixo as principais orientações contidas na proposta de Opções do Plano para 2016 em cada um dos sete Eixos Estratégicos.

Planeamento estratégico, ordenamento e gestão do território

Prosseguirá a elaboração dos diferentes instrumentos de gestão do território, com destaque para o processo de revisão do Plano Diretor Municipal.

Continuaremos a investir na mais ampla participação, mantendo o processo de ordenamento do território como preocupação central da intervenção do Município, enquanto fator essencial de promoção da qualidade de vida das pessoas e das comunidades, e de valorização e preservação do património construído, natural e cultural.

Os grandes projetos de reordenamento e valorização do nosso território continuarão a merecer especial atenção.

O PUAN - Plano de Urbanização de Almada Nascente - Cidade da Água, prosseguindo o desenvolvimento dos instrumentos de gestão territorial necessários à execução do Plano de Urbanização; o PUAP - Plano de Urbanização Almada Poente, suporte de transformação de uma significativa parcela do nosso território, que promove a qualificação do parque habitacional e requalificação do tecido urbano; a estratégia de desenvolvimento para a



Trafaria; a requalificação urbana e ambiental da Costa da Caparica, no quadro do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Costa da Caparica e dos compromissos assumidos pelo Governo, e a valorização da Zona Ribeirinha - Ginjal/Cacilhas, Almada e Pragal.

A reabilitação e regeneração urbanas e a dinamização da intervenção das áreas urbanas consolidadas delimitadas como Áreas de Reabilitação Urbana, promovendo a fixação de jovens e de atividade económica, e a gestão dos processos de reconversão e reabilitação das áreas urbanas de génese ilegal ainda existentes no nosso Concelho, constituem igualmente duas áreas de preocupação e intervenção prioritárias nestes domínios.

Procuraremos dar um contributo significativo à dinamização da atividade de regeneração e revitalização urbanas através de uma prática de fixação e atualização periódicas das taxas urbanísticas, trabalhando no sentido da adoção de regimes especiais de taxas suscetíveis de estimular e incentivar o investimento em áreas territoriais consideradas prioritárias.

Promoveremos, paralelamente, o desenvolvimento de ações de carácter transitório em territórios deprimidos, enquanto não for possível assegurar a sua reafecção a usos definitivos.

Prosseguirá o investimento ao nível do alargamento, melhoria e qualificação da acessibilidade oferecida pela rede viária do concelho, destacando-se o processo de qualificação da ex-Estrada Nacional 377 na Charneca de Caparica.

Continuaremos a apoiar a iniciativa empresarial e a promover a captação de investimento para o concelho, tendo sido criada uma unidade orgânica da Câmara Municipal que atuará especificamente nesse domínio. Será mantida e aprofundada a cooperação e apoio à atividade piscatória e agrícola e ao comércio local. Neste âmbito, será dada especial atenção às micro, pequenas e médias empresas e aos projetos de natureza económica que contribuam para o reforço da coesão social e da proteção do ambiente.

Manteremos a aposta na valorização e desenvolvimento do Turismo, de acordo com o Plano Estratégico de Valorização e Desenvolvimento do Turismo e promovendo as atividades e iniciativa no quadro da Plataforma de Atores constituída no seu âmbito.

Aprofundaremos a cooperação com Universidades e Escolas Superiores, Institutos e Centros de Investigação, especialmente no que respeita à facilitação da sua articulação com o tecido empresarial e entidades públicas e sociais interessadas no desenvolvimento do Concelho.

Enquanto instrumentos de promoção da iniciativa empresarial local, continuaremos a apoiar ativamente as Agências de Desenvolvimento Local na promoção dos respetivos territórios de intervenção. Neste âmbito, criaremos o Concurso Municipal “Boas Práticas Empresariais” e o Prémio Municipal “Emprego de Qualidade”.

No quadro do ordenamento e gestão do território, manteremos uma postura de exigência permanente relativamente a diversas responsabilidades diretas da Administração Central no nosso território, entre as quais a reconversão e valorização ambiental da Fonte da Telha; a proteção recuperação e reafecção a uso público do património do Estado (entre outros o



Castelo de Almada, Olho-de-Boi, Torre Velha, e Fortes da Raposa e da Raposeira); a concretização dos projetos âncora previstos no Estudo de Enquadramento Estratégico da Costa da Trafaria, e a construção de um porto de pesca na Trafaria; a melhoria das condições de vida e de trabalho da comunidade piscatória e a valorização cultural da arte-xávega; o cumprimento integral do Plano Estratégico da Costa da Caparica; a concretização do projeto do Arco Ribeirinho Sul; e a extensão do Metro Sul do Tejo à Margueira/Cidade da Água, ao Seixal, ao Barreiro, à Moita e à Costa da Caparica, Trafaria e Charneca de Caparica.

Ambiente, biodiversidade e energia

Continuaremos a agir no sentido de garantir a manutenção da gestão pública e municipal do ciclo urbano da água através dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada.

Exigiremos o regresso dos serviços de recolha e tratamento de resíduos sólidos à esfera da gestão pública e municipal, com a conseqüente reversão do processo de privatização da EGF/AMARSUL.

Trabalharemos no reforço da eficácia e eficiência das atividades de limpeza urbana, limpeza pública e recolha seletiva.

Continuaremos a promover e participar em iniciativas e ações, a nível local, regional e internacional, para o reforço da capacidade de defesa do ambiente, e que contribuem para a regressão dos fatores nocivos resultantes da atividade humana, que nos dias de hoje coloquem em risco a saúde pública e a própria vida.

Trabalharemos no sentido de que os princípios consagrados pela Agenda Local 21 de Almada estejam presentes nos projetos e atividades municipais. Na salvaguarda e valorização dos ecossistemas daremos impulso ao Plano de Ação Local para a Biodiversidade. Procuraremos as condições que permitam potenciar as funções agrícolas do território. Prosseguiremos a qualificação dos espaços verdes promovendo a sua plena utilização e usufruto pela população. Aprofundaremos o conhecimento sobre a estrutura, funcionamento e impacto dos ecossistemas urbanos e naturais do nosso Concelho. Promoveremos a gestão e redução do ruído no Concelho de Almada.

Continuaremos a trabalhar no sentido da concretização do compromisso internacional assumido no âmbito da Estratégia Local para as Alterações Climáticas, para reduzir a intensidade energética e carbónica, através de medidas e procedimentos que permitam cumprir das metas estabelecidas pelo Pacto de Autarcas, e adotando medidas de adaptação que tornem o território mais resiliente e assegurem benefícios sociais, económicos e ambientais aos Almadenses.

Neste âmbito, prosseguiremos e aprofundaremos as ações de educação e sensibilização para a sustentabilidade, mobilizando a comunidade, em particular a educativa.



Continuaremos a intervir nos domínios da promoção da saúde, bem-estar e proteção animal, e em articulação com a Agência Municipal de Energia de Almada, AGENEAL, promoveremos a construção de soluções para o aumento da eficiência energética e mitigação das emissões de gases com efeito de estufa.

Mobilidade urbana e acessibilidades

A valorização e qualificação do espaço público, condição essencial à vida na cidade, continuará a merecer a devida atenção por parte da Câmara Municipal nas suas diferentes dimensões.

Será promovida uma mobilidade sustentável que privilegie a utilização de transportes públicos e modos suaves de deslocação.

Prosseguirá a elaboração do Plano Estratégico de Mobilidade Urbana de Almada, associado ao qual será igualmente desenvolvido o Plano de Logística Urbana de Almada, assente em critérios de eficiência e racionalização dos recursos.

Continuará a ser promovida a utilização da bicicleta como modo de transporte quotidiano e de lazer no quadro de um sistema de transportes multimodal.

Tendo como referencial a construção progressiva de uma cidade cada vez mais acessível a todos, será implementado o Plano Municipal de Promoção das Acessibilidades de Almada, centrado na facilitação da mobilidade pedonal e em particular de cidadãos portadores de deficiência, idosos e crianças. Será alargado o sistema de mobilidade inclusiva FLEXIBUS, com a criação de um serviço específico direcionado às deslocações para os serviços de saúde na Cidade de Almada.

Será reforçado o investimento na segurança rodoviária e fruição segura do espaço público, prosseguindo a introdução de medidas de acalmia de tráfego, particularmente em zonas residenciais, junto às escolas e nos percursos casa-escola.

Prosseguirá o desenvolvimento do Plano de Iluminação Pública, garantindo uma iluminação de qualidade e adotando critérios e medidas de eficácia e eficiência energética.

Continuaremos a exigir ao Governo da República a assunção dos compromissos da sua responsabilidade, exigindo o reconhecimento do papel fundamental do Município na definição da rede de serviços de transportes públicos rodoviários, complementando com a rede de metro e comboio no eixo norte/sul; a integração tarifária do passe social intermodal em todos os operadores sem custos adicionais para os utentes; a abertura de um apeadeiro da FERTAGUS em Vale Flores; uma solução eficaz de transporte para as freguesias da Sobreda e Charneca de Caparica, ligando ao Metro Sul do Tejo e ao comboio na Ponte 25 de Abril; e construção do nó de distribuição de tráfego automóvel de acesso à A2 e ligação ao IC 32, entre Almada e o Fogueteiro.

Educação, formação, conhecimento e juventude



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A defesa de um sistema educativo público, universal, gratuito, inclusivo e de qualidade continuará a situar-se no centro da atividade do Município, assumindo a contínua integração da comunidade educativa na vida local. Será assegurado o funcionamento regular do Conselho Municipal da Educação.

Continuarão a ser mobilizados recursos municipais para promoção da frequência e do êxito escolar, em articulação com a comunidade educativa. Assumindo as responsabilidades e competências municipais, prosseguirá a monitorização da carta educativa, com avaliação permanente das necessidades da rede escolar, e será mantido o plano de conservação e beneficiação do parque escolar do 1º ciclo e do pré-escolar.

Promoveremos a frequência do ensino superior e a investigação académica a jovens estudantes do Concelho de Almada.

Continuaremos a apoiar projetos de aprendizagem ao longo da vida, e outros projetos que constituam oportunidades formativas e de certificação no domínio da educação formal e não formal.

Assumiremos as responsabilidades e práticas do Município relativas à gestão dos transportes escolares, ao programa de ação social escolar do 1º ciclo e educação pré-escolar da rede pública, da gestão e funcionamento dos refeitórios escolares sob responsabilidade municipal, da organização de atividades de animação e apoio às famílias nos estabelecimentos de educação pré-escolar e componente de apoio às famílias no 1º Ciclo do ensino básico.

Ainda neste domínio, reforçaremos os programas orientados para a ocupação de crianças e jovens nos períodos de interrupção letivas ou nas férias escolares de verão, quer por iniciativa própria da Câmara Municipal, quer apoiando iniciativas de outras entidades.

A Câmara Municipal continuará a promover oportunidades de participação dos jovens em programas e iniciativas de estímulo e incentivo em diferentes áreas da expressão artística, cultural e social: será dinamizado o Fórum Municipal da Juventude, serão organizados e apoiados projetos de estímulo à participação ativa dos jovens na sociedade, dinamizando a rede de equipamentos municipais para a juventude como espaço privilegiado para o desenvolvimento de ações concebidas pelos jovens e dirigidas aos jovens. Serão promovidas e apoiadas iniciativas que visem o fomento do emprego jovem, qualificado e com direitos.

Também neste domínio continuaremos a exigir do Governo a concretização de investimentos e intervenções da responsabilidade deste, destacando-se a realização de obras em diversas Escolas Secundárias, o reforço da oferta de ensino secundário nas Freguesias da Charneca de Caparica e Costa da Caparica, a criação de políticas efetivas de apoio e promoção do emprego jovem qualificado e com direitos, e a criação de melhores condições de acesso de jovens ao arrendamento habitacional.

Cultura, desporto, solidariedade e segurança



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A atividade da Câmara Municipal continuará a orientar-se pela garantia de um acesso generalizado à criação e fruição da cultura e das artes.

Continuará a assumir uma importância essencial ao nível do conjunto de atividades e iniciativas a preservação e valorização do património material e imaterial do concelho, assente no desenvolvimento de projetos que assegurem a salvaguarda, recuperação e divulgação do património cultural, edificado, documental, arqueológico, natural e paisagístico.

Será ampliada a oferta cultural na rede de equipamentos, prosseguindo o desenvolvimento de uma programação de qualidade nas diferentes expressões artísticas e culturais, potenciando recursos, dinamizando os equipamentos, consolidando, ampliando e diversificando públicos, numa atividade que passará pela iniciativa própria do Município, e em cooperação com outros parceiros.

Será igualmente promovida a prática alargada da atividade física, enquanto fator essencial ao desenvolvimento do ser humano, à promoção da sua saúde e à melhoria da qualidade de vida.

A promoção da atividade desportiva, continuará a ter expressão concreta em diversos programas e projetos que asseguram a diversificação da oferta desportiva, envolvendo todos os escalões etários.

Será promovido o realojamento de famílias abrangidas pelos programas especiais de realojamento (PER), e prosseguirá o esforço de cooperação na concretização de políticas de habitação social.

Com a participação ativa dos moradores arrendatários, asseguraremos a manutenção e qualificação do parque de habitação social do Município, incluindo as áreas envolventes dos bairros sociais.

Na intervenção social, será assegurado um amplo conjunto de iniciativas, programas no âmbito do funcionamento regular do Conselho Local de Ação Social de Almada, como contributo para a melhoria das condições económicas e sociais de cidadãos e famílias mais desfavorecidos.

Serão desenvolvidas iniciativas próprias, em parceria e em apoio a atividades específicas das Instituições Particulares de Solidariedade Social, sempre visando a melhoria e qualificação das respostas sociais.

Prosseguirá a aplicação das medidas incluídas no Plano Municipal de Emergência, em parceria com diversas instituições sociais do concelho, apoiando as pessoas e famílias em situação de precariedade e emergência social. Será elaborado o Plano Municipal Contra a Violência Doméstica, e dinamizada a atividade dos Grupos Concelhios da Deficiência e Idosos. Serão apoiados projetos específicos dirigidos a cidadãos imigrantes.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Será mantida a participação do Município no Núcleo Local do Rendimento Social de Inserção, na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, e no Grupo Alargado do Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo.

Continuaremos a interceder junto do Governo no sentido da construção de equipamentos sociais de primeira importância da sua responsabilidade, destacando-se a melhoria da acessibilidade e da qualidade dos serviços prestados pelo Hospital Garcia de Orta, a manutenção da urgência polivalente neste hospital e a construção de novo Hospital no Seixal; a construção dos novos Centros de Saúde da Cova da Piedade, da Costa da Caparica, de Cacilhas e no Feijó; a criação do Centro de Atividades Ocupacionais do Grupo de Intervenção e Reabilitação Ativa; a construção do Centro Infantil da Costa da Caparica; a construção do Centro de Apoio a Pessoas com Paralisia Cerebral da Associação de Paralisia Cerebral de Almada/Seixal; a construção do Posto da Guarda Nacional Republicana no Monte de Caparica; a construção da Casa do Bombeiro da Associação Reviver Mais; e a revisão da Lei nº 81/2004 que estabelece o novo regime de arrendamento apoiado por forma a ser assegurada a autonomia do Poder Local e o direito à habitação.

Administração do poder local: informação e participação; transparência e eficiência

A realização da segunda edição do Congresso Almada constituirá em 2016 um objetivo central da atividade municipal, enquanto espaço privilegiado de promoção do debate e participação.

Promoveremos a criação de Comissões de Desenvolvimento Local no território de cada uma das onze Freguesias do Concelho.

Continuaremos a implementar o Plano Municipal para a Igualdade de Género, assumindo-se como importante instrumento do projeto de desenvolvimento local.

Aprofundaremos a política municipal no âmbito da sociedade do conhecimento e da participação dos cidadãos e continuaremos a investir na promoção de Almada a nível regional, nacional e internacional.

Ao nível da segurança e proteção de pessoas e bens, serão asseguradas as missões do Serviço Municipal de Proteção Civil no quadro das competências municipais, incluindo o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil e outros planos especiais, continuando a justificar especial atenção o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Será mantida a política municipal de apoio às três Associações Humanitárias de Bombeiros, e assegurado o funcionamento regular do Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos de Almada, dos Grupos Específicos constituídos no seu âmbito e do Observatório de Segurança.

Junto do Governo, defenderemos a regionalização administrativa, e agiremos no sentido do reforço da intervenção da Associação de Municípios da Região de Setúbal, da Área Metropolitana de Lisboa e da Associação Nacional de Municípios Portugueses. Continuaremos



a defender com determinação o reforço do Poder Local, bem como a reposição dos órgãos representativos em cada uma das onze Freguesias do nosso concelho.

Modernização, valorização do serviço público

Continuaremos a acompanhar as modificações ao quadro legislativo relativo às autarquias locais, numa perspetiva de intervenção no sentido da salvaguarda da sua autonomia e do interesse público.

Continuaremos a trabalhar no sentido de garantir um elevado padrão de serviço público, no respeito pelos direitos dos cidadãos e cidadãs com transparência, isenção e celeridade nos procedimentos, assegurando uma gestão de proximidade, moderna e eficiente. Prosseguiremos a política de descentralização de competências e dos respetivos recursos para as Freguesias, aproximando o Poder Local dos cidadãos e cidadãs.

Aprofundaremos a função preventiva e informativa dos serviços municipais de fiscalização, e prosseguiremos a ação destes serviços nas diferentes áreas de intervenção municipal.

Asseguraremos a aplicação de uma política fundada em critérios de justiça e equidade social no que respeita à determinação e aplicação das taxas, tarifas e preços, e impostos municipais.

Continuaremos a promover uma ampla participação dos trabalhadores e trabalhadoras do município nas diferentes dimensões da gestão municipal.

Ao nível da gestão dos recursos humanos, manteremos através das estruturas representativas dos trabalhadores e trabalhadoras, uma gestão transparente, equitativa, participada, e potenciadora do seu desenvolvimento humano e profissional e das necessidades dos serviços. Prosseguiremos a intervenção de qualificação dos ambientes de trabalho e das condições de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.”

6.1.1.2 - O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal - Vereador José Gonçalves, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Relativamente aos SMAS de Almada gostaria de salientar também algumas questões relativas ao ano de 2016, desde logo dizendo que 2016 é o ano em que comemoraremos sessenta e cinco anos de atividade deste serviço municipal, comemorações que naturalmente pensamos partilhar com todos, com as nossas instituições e a nossa população, como também já foi dito num quadro em que somos das poucas entidades nacionais com a gestão integral do círculo urbano da água na gestão municipal, numa fase em que nos últimos anos vivemos grande perturbação do setor das águas e do saneamento, também dos resíduos mas aqui debruçamo-nos naturalmente mais sobre as águas e o saneamento e que a situação de Almada à semelhança felizmente de outras situações também ainda que poucas, não foi envolvido nesse processo da chamada reestruturação que naturalmente todos desejamos que seja repensada e reponderada para bem das populações e para bem do serviço público



servido às populações do nosso país. Sessenta e cinco anos são naturalmente razões para comemorarmos e fazê-lo com a nossa população.

A nossa gestão é sempre centrada na prestação qualificada do serviço às populações, trabalhamos para garantir o acesso à água e ao saneamento nas melhores das condições que possamos qualificar para todos, para os nossos utentes, garantindo os direitos dos utentes, garantindo naturalmente informação adequada a todos e a comunicação atempada relativamente a aspetos importantes de intervenções no espaço público e intervenções que se relacionem com o princípio do abastecimento.

Será uma ano também importante na consolidação do trabalho que estamos a desenvolver há vários anos de implementação do sistema de gestão integrado na qualidade, na gestão das infraestruturas no Plano de Segurança da Água, no ambiente, na segurança, na saúde e no bem estar dos trabalhadores e no compromisso social. Um leque muito vasto de projetos de grande transversalidade nos SMAS que ainda em 2015 serão auditados externamente e em 2016 certamente se consolidarão e envolverão toda a estrutura dos Serviços Municipalizados. Faremos naturalmente um conjunto de ações tendo em vista a modernização das práticas internas, a proximidade que queremos aos nossos utentes, mantendo os treze balcões de atendimento em cada uma das Juntas de Freguesia, Loja do Município e também na sede dos Serviços Municipalizados, um esforço que visa assegurar a proximidade às nossas populações e mantendo também todas as linhas de trabalho, tendo em vista a desmaterialização e a simplificação processual. Será também um ano de trabalho relativamente à sensibilização ambiental, com destaque para o projeto “beba água da torneira” que ganhará para além do trabalho consciente e dados aderentes ganhará agora uma nova dimensão dirigida a cada um dos cidadãos do Concelho apelando a que usem naturalmente bem essa água que é de qualidade no nosso Concelho.

Relativamente às obras gostava de realçar a intervenção plurianual que se começará em 2016, renovação das redes de água, saneamento e pluviais em Almada Velha um projeto que envolverá os Serviços Municipalizados nos próximos anos. Como é do conhecimento de todos a rede está a atingir o seu limite de vida e precisamos agora de garantir a sua renovação para que mantenha o abastecimento e mantenha a qualidade do serviço. Avançaremos logo no início do ano com duas grandes obras, uma que vai de S. Paulo ao Registo Civil e passando pela Casa da Cerca e a outra da Heliodoro Salgado à Fernão Lopes com estas três dimensões que referenciei de água, de saneamento e de pluviais. Fazemos também obras emblemáticas, uma delas gostaria de realçar foi o compromisso nosso numa das últimas Assembleias Municipais, Adutor Fomega de Murfacém é uma das obras iniciais também do ano para resolver o problema da insegurança no abastecimento à população de Murfacém. Avançaremos com a obra de renovação da Etar do Valdeão, a nossa quarta Etar que se situa e serve parte do Plano Integrado de Almada e do HGO. Está neste momento



consignada, um milhão e cem mil euros e a obra decorrerá desejamos com toda a normalidade no ano 2016 e modernizará esta nossa Etar na Quinta da Bomba, onze milhões de euros de investimento como é do conhecimento de todos os Srs. Deputados, a Etar da Mutela e a Etar do Portinho da Costa são Etar's com mais de dez anos, precisam de forte investimento na sua manutenção, pensamos gastar nestas duas Etar's no ano de 2016 quinhentos mil euros para renovação de equipamentos e modernização do sistema. Faremos dois novos furos de captação, avançaremos com as zonas de medição e controlo por todo o território integrado no Plano de Gestão de Perdas de Água, um pouco inovador que estamos a trabalhar com as Universidades há dois anos e que irá para o terreno de forma expressiva em 2016.

Iniciaremos um projeto piloto de telecontagem, contagem online, contagem com informação ao cliente, informação aos serviços e faremos naturalmente todo o trabalho no sentido da inovação e da modernização dos nossos serviços.

Relativamente ao Orçamento, como já foi referenciado, o Orçamento dos SMAS é de trinta e um milhões e quatrocentos e setenta e sete mil euros, isto é um Orçamento próximo do Orçamento de 2015, com um investimento previsto de 13,4 milhões de euros e com garantia de boa regra de gestão, transferindo de receita corrente cerca de três milhões de euros para o investimento. Garantindo uma boa saúde financeira aos serviços municipalizados.

Relativamente aos Recursos Humanos dos Serviços Municipalizados, o Mapa de Pessoal tem quinhentos e setenta e quatro lugares, é um Mapa de Pessoal de consolidação, a nossa intervenção de recrutamento foi efetuada em 2014 e 2015 ainda, como todos temos presente, tendo como objetivo garantir em especial as equipas operacionais dos piquetes de água e saneamento e resposta às nossas populações. Em 2016 não se prevê um recrutamento expressivo nos Serviços Municipalizados, estamos próximos dos quinhentos trabalhadores, quatrocentos e oitenta e quatro trabalhadores e os quinhentos trabalhadores é a indicação que temos do ponto de vista do nosso trabalho e da nossa população. Aqui estão integrados também vinte e oito trabalhadores na mobilidade intercarreiras que pretendemos consolidar nos próximos meses.

Também relativamente ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal, o Mapa consagra mil oitocentos e noventa e um lugares em Mapa, é um Mapa semelhante ao Mapa de Pessoal de 2015, dos quais mil seiscentos e oitenta e cinco estão preenchidos, considerando também sessenta e quatro trabalhadores na Mobilidade Intercarreiras e a possibilidade de recrutamento de cento e vinte e quatro novos postos de trabalho, recrutamento no vínculo mais forte da Função Pública, aquilo que é a nossa prática de há muito tempo, contratar para o Mapa de Pessoal e para o vínculo mais forte em CTTI cento e vinte e quatro trabalhadores. Gostaria de realçar os quinze fiscais que já temos falado com fortes dificuldades no recrutamento pela exigência de formação pelo CEFA que tem sido dada aos trabalhadores e que é condição



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

básica para o seu recrutamento, mas com também temos partilhado indispensável o reforço da equipa da fiscalização no nosso Município, quarenta assistentes operacionais, cinco encarregados, trinta assistentes técnicos e trinta e quatro técnicos superiores. Um Mapa de proximidade relativamente ao do ano e ainda a possibilidade de recrutamento como é habitual sessenta e sete trabalhadores para o componente limpeza, reforço de limpeza das praias e florestas e também na componente dos auxiliares da ação educativa que é determinado pelo acordo que temos entre o Município e o Ministério da Educação.

Eu terminaria também reforçando o que o Sr. Presidente da Câmara Municipal acabou também de indicar, que na área do pessoal temos fortes expectativas de que a legislação que foi criada nos últimos anos fortemente condicionadora da gestão de pessoal por parte das Câmaras Municipais seja alterada do ponto de vista de permitir aos Municípios uma avaliação objetiva relativamente às necessidades de pessoal, que possa recrutar mantendo como tem o Município de Almada saúde financeira, possa recrutar trabalhadores sem ter a ameaça de poder ter sanções pecuniárias relativamente a essa decisão, que haja liberdade de progressão na carreira que o SIADAP naturalmente possa ter efeitos no desenvolvimento da carreira de cada um dos trabalhadores de acordo com o seu desempenho e a sua avaliação e que os direitos, os direitos nos quais está a consagração e publicação do que foi negociado entre o Município e os Sindicatos representativos dos trabalhadores relativamente às 35 horas, mas também relativamente aos horários de trabalho, à forma de organização e um conjunto de outros direitos de higiene e segurança no trabalho que possa ser libertado os condicionalismos que foram impostos por Lei de forma desajustada aos Municípios e que isso resulte numa boa e melhor gestão dos recursos humanos e numa boa e melhor resposta às nossas populações.

Em 2016 os SMAS de Almada comemoram 65 anos de intervenção na gestão da água pública, com resultados expressivos e a concretização do ciclo urbano da água a 100%. Percurso feito com a dedicação de gerações de trabalhadores, administrações e órgãos municipais.

Promoveremos ao longo do ano um plano de comemorações realçando a condição de serviço público e de entidade municipal, envolvendo a nossa comunidade na defesa da água enquanto bem essencial à vida, cuja gestão deve permanecer pública e municipal ao serviço de todos.

O lançamento do livro “História da Água de Almada”, a exposição “SMAS e o Ciclo Urbano da Água” e o livro sobre “A Requalificação da ETAR da Quinta da Bomba”, a primeira instalação intermunicipal da Península de Setúbal, com obra de modernização recente, serão momentos altos das comemorações.

Manteremos as celebrações dos dias da água e do saneamento envolvendo as instituições na defesa dos princípios ambientais, de bom uso dos equipamentos e das boas práticas de consumo.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Desenvolveremos permanente ação de garantia dos direitos dos utentes, promovendo comunicação atempada das obras programadas, informação sobre direitos e deveres contratuais, explicação da fatura e formas céleres de comunicação e resposta a reclamações, sugestões e pedidos de informação.

Manteremos com todas as Juntas de Freguesia o atendimento de proximidade para resposta presencial aos utentes.

Desenvolveremos o projeto ambiental Beba Água da Torneira (BAT), assegurando a sensibilização e relação com todas as entidades aderentes e avançaremos numa nova fase: “eu bebo”.

Continuaremos a aprofundar a ação de modernização das práticas internas, com destaque para a desmaterialização dos processos, a simplificação dos procedimentos administrativos e desmaterialização de arquivos aprofundando o uso das ferramentas e programas informáticos em todas as áreas de intervenção.

Garantiremos a gestão do Sistema de Gestão Integrado (SGI) e dos programas associados nos subprojectos de qualidade, patrimonial de infraestruturas, segurança da água, ambiental, segurança, saúde e bem estar no trabalho e de compromisso social e organizacional.

Concluídas as obras com fundos comunitários, do QREN, que desenvolvemos nos últimos anos e que acrescentaram ao património dos SMAS mais de 13 milhões de euros, na área das águas residuais, drenagem e tratamento, estaremos atentos às oportunidades de candidatura ao novo quadro comunitário, em especial nas áreas da eficiência e da energia.

Reforçaremos o princípio do abastecimento sem interrupções de água às populações, continuando a construir soluções de redundância em especial nos reservatórios primários e projetando um abastecimento móvel para situações de emergência.

Iniciaremos as obras de renovação da rede de água, de drenagem de águas residuais e pluviais de Almada Velha, programa plurianual a desenvolver, neste ano, com obras nas ruas de S. Paulo ao Registo Civil e da Heliodoro Salgado à Fernão Lopes.

Destaque para a realização de obras de reabilitação na adutora da Fomega-Faculdade-Murfacém e para a construção da passagem no viaduto do Pragal ligando as redes do Raposo e do Pragal;

Projetaremos obras em grandes adutoras, realizaremos obras de reabilitação de reservatórios, construiremos dois novos furos de captação e iniciaremos a renovação da rede de distribuição em especial na rede dependente do reservatório de Brielas.

Prosseguiremos a construção do tratamento secundário e reutilização de efluente e melhoria de integração da ETAR do Valdeão, obra de um milhão e cem mil euros, na primeira fase.

Promoveremos obras de reabilitação nas ETAR da Mutela, Portinho da Costa e Quinta da Bomba, garantindo o funcionamento adequado destes equipamentos.



Desenvolveremos as zonas de medição e controlo (ZMC). Promoveremos um projeto piloto de telecontagem de contadores e a sua integração nos sistemas de clientes e geográfico. Procederemos à implementação das ações previstas no iPerdas - Controlo eficiente de perdas de água e emergência. Em conjunto com o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) e outras entidades do sector desenvolveremos instrumentos de controlo de perdas, de pressões e de monitorização dos consumos.

Manteremos presença ativa no projeto internacional Proteus.

Instalaremos o ecocentro garantindo a sua gestão e assegurando adequado destino e tratamento ambiental a todos os resíduos produzidos na atividade dos serviços.

Concluiremos a primeira fase do estudo dos perímetros das captações, trabalho desenvolvido pelos SMAS de Almada para os municípios de Almada, Seixal e Sesimbra.

Asseguraremos forte ligação às universidades, às comissões técnicas e a projetos de parceria promovendo a inovação e a eficiência nos processos de gestão.

Criaremos uma equipa de elaboração do plano estratégico das águas residuais urbanas tratadas (ARUT) avaliando futuros usos compatíveis.

Avaliaremos a instalação de centrais fotovoltaicas em espaços e equipamentos municipais, contribuindo para a redução dos custos de energia. Iniciaremos a produção de energia por cogeração da ETAR da Quinta da Bomba. Promoveremos programas de redução de energia em grandes equipamentos, pela substituição por equipamentos mais eficientes e pela adequada manutenção preventiva.

No plano dos recursos humanos, estabilizados os efetivos com os recrutamentos efetuados nos últimos dois anos, prosseguiremos uma gestão adequada da força de trabalho às exigências da prestação de um serviço público de qualidade, contribuindo para a contínua melhoria das condições de trabalho, qualificando instalações, postos de trabalho, refeitórios e outros espaços comuns. Daremos continuidade à concretização do plano de formação dos trabalhadores. Implementaremos o projeto "Portal do Trabalhador".

No plano do orçamento, os SMAS de Almada enquanto entidade com autonomia administrativa e financeira apresentam para o exercício de 2016, um orçamento global de 31 477 991,67 euros.

O equilíbrio financeiro será mantido com uma receita de 31 477 991,67 euros, sendo de 23.463.580 euros a receita corrente e de 20 086 018,63 euros a despesa corrente e um investimento previsto de 13.437.943,04 euros, dos quais 5.876.943,04 euros com financiamento definido e 7.561.000,00 euros com financiamento não definido.

Tendo presente os objetivos apresentados, os Serviços desenvolverão ações e projetos que decorrem das Linhas de Orientação apresentadas."

6.1.2 - No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Nuno Matias, Carlos Revés, Maria Odete Alexandre, Luísa Ramos, Eva Gomes, João Geraldês, Pedro Matias, José



Lourenço, Nuno Avelar Pinheiro, Carlos Guedes, António Pedro Maco, José Joaquim Leitão, Nuno Matias e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

6.1.2.1 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Presidente chegámos à discussão das Grandes Opções do Plano e Orçamento da Autarquia para 2016 e também dos SMAS e estamos basicamente a meio do percurso deste Mandato. E não só é importante fazer o balanço e lançar aquilo que é a ambição, a ação, a concretização de um conjunto de objetivos que devem ser partilhados, devem ser construídos mas devem ser claros também do ponto de vista dos instrumentos financeiros associados, do calendário associado à sua concretização que até por isso é fundamental perceber e voltar-lhe a colocar hoje a pergunta que lhe coloquei aqui há uns dias na Comissão de Orçamento desta Assembleia, de forma é que entende o Sr. Presidente, foi capaz de dar resposta no caso ao PSD à panóplia de propostas, de desafios, de ideias de um conjunto de visões estratégicas de desenvolvimento do Município que ao longo dos anos temos apresentado de forma responsável, positiva para, pensamos nós, um exercício de democracia que no caso nesta Assembleia mais preciso é porque é fundamental construir-se uma maioria de decisão e vontade em relação à aprovação deste documento que estamos agora a debater, a analisar e que iremos decidir. Porque o Sr. Presidente sabe, para o PSD o futuro de Almada passa pela atração de investimento, pela criação de riqueza e pela capacidade de reinvestir no território, nas pessoas e no futuro integrado de desenvolvimento do nosso Concelho. Passa também por requalificar e revitalizar o espaço público, passa por dar vida comunitária para quem hoje vive em Almada mas não vive a realidade do Concelho de Almada, passa por apoiar um comércio que ajude a criar vida também nas nossas ruas e a desenvolver a vida comunitária que hoje em dia sentimos é muito menor do que aquele que deveria existir por forma a criar a sensação de vida que hoje em dia em muitos momentos, em muitos territórios sentimos que é menor do que aquilo que era o nosso potencial, mas também recuperar as nossas potencialidades, promove-las e não continuar a desperdiçar oportunidades do seu desenvolvimento. Lembramo-nos Sr. Presidente já aqui falou na nossa ligação ao Rio, na Frente Ribeirinha, naquilo que é o potenciar da nossa ligação ao Atlântico, mas também aquilo que são as nossas realidades naturais, o nosso património histórico, aquilo que é a valorização do nosso edificado que nem sempre acontece à velocidade que deveria, nem sempre acontece com o apoio integrado e estratégico que poderia merecer por parte da Autarquia, mas também um apoio às pessoas do ponto de vista da criação de uma dignidade que não seja apenas de um apoio pecuniário, um apoio social momentâneo, mas sobretudo um apoio à reintegração numa sociedade. E quando fazemos este conjunto alargado de desafios, quando apresentamos um conjunto alargado de propostas que ao longo dos anos têm sido públicas fazemo-lo com o espírito crítico, mas com o sentido positivo de quem



entende que a construção de Almada se for numa dialética democrática de todos pensarmos de que forma podemos melhorar a terra da qual temos orgulho de fazer parte. E Sr. Presidente volto a lançar a questão de que forma é que o Sr. Presidente entende que o PSD pode ver refletidas estas preocupações no documento que hoje estamos a debater. E lanço-lhe esta questão também porque quando olho para este documento e quando nós procuramos analisar de forma fina este documento, começamos logo pela questão do desenvolvimento económico e de que forma é que nos mapas orçamentais podemos constatar que há rubricas que ajudam a dar resposta a este anseio. E aquilo que vemos é que por exemplo numa das rubricas mais essenciais do Plano de Investimento o que é que podemos constatar? 2.1 milhões de euros para o desenvolvimento socioeconómico e turismo. Bom, 2,1 milhões de euros parece um número relativamente robusto, a questão é que se nós tivermos em conta que setenta e cinco por cento desse montante serve para financiar dois festivais, nós não pomos em causa o seu mérito, já dissemos anteriormente, mas é manifestamente desproporcionado numa rubrica desta natureza, setenta e cinco por cento deste montante destina-se a promover Festivais. E aquilo que deveria ser uma prioridade estratégica do Município, e peço que me desminta se houver rubricas orçamentais que ajudem a robustecer uma outra ideia, nós não vemos nem uma estratégia na fiscalidade para atrair investimento, não vemos nenhum investimento estratégico estruturante para desenvolver ofertas territoriais de infraestruturas, para potenciar grandes investimentos que a autarquia deseja atrair. O Sr. Presidente anunciou noutras Assembleias que finalmente vamos ter uma Unidade de Gestão na Autarquia que irá responsabilizar-se pela captação de grandes investimentos e promoção territorial do nosso Concelho. É uma boa notícia, é bem vinda, se calhar vem mais tarde do que cedo, mas ainda bem que vem. A questão é que instrumentos é que essa unidade vai ter, que objetivos é que ela vai apresentar, que rubricas é que nós podemos ver espelhados neste Orçamento que ajudem a demonstrar que é um objetivo que vai ter consequências práticas e não apenas uma ambição técnica e apenas que se cinja à criação da estrutura dentro da autarquia, porque repare, e peço que me corrija se estiver enganado, nós não vemos no Orçamento e nesta rubrica, isso é evidente, outros montantes para além daqueles que são os habituais dos vinte e cinco mil euros nas Agências. Dos cem mil euros no caso para um plano de desenvolvimento regional em Lisboa, para um plano de desenvolvimento turístico com verbas no mínimo discutíveis e portanto continuamos a ter apenas uma rubrica pujante, setenta e cinco por cento destes 2.1 milhões de euros para Festivais que volto a dizer nós apoiamos o intuito, mas entendemos que alicerçado a isto devia de haver outros tipo de visão, outro tipo de estratégia e outro tipo de rubricas que assegurassem que podemos criar mais empresas em Almada, podemos potenciar mais emprego em Almada e com isso potenciar mais investimento e reinvestimento em Almada, seja por via privada, seja também por capacidade autárquica como já tivemos ocasião de demonstrar noutras ocasiões.



Mas Sr. Presidente há também outras questões que para nós são relevantes. É quando dizemos que nós queremos viver em Almada, mas queremos que exista uma estratégia para que se viva Almada, também era importante perceber no documento onde é que podemos constatar que essa estratégia existe. E Sr. Presidente, olhando para as Grandes Opções na página 31, no eixo 3, Mobilidade Urbana, Acessibilidades e Espaço Público aparece uma grande mensagem central que nós concordamos, e cito: “valorizar o espaço público enquanto condição essencial à vida na cidade, como local de socialização e de encontro”, até aqui penso que não há ninguém nesta sala que não partilhe desta visão. A questão é depois as atividades que vêm a seguir, e a única coisa que eu aqui vejo que não ponho em causa o seu mérito, vejo valorização da imagem urbana eliminando inscrições não autorizadas, contribuir para a valorização da imagem urbana e qualificação do espaço através da manutenção de equipamentos e mobiliário urbano. E por aqui continuamos apenas a intervenções pontuais de reposição de condições da via pública. Ora, Sr. Presidente eu deixo-lhe esta questão, acha que os almadenses que querem viver mais a realidade do nosso território, das suas potencialidades e de um conjunto de características que hoje em dia estão subaproveitadas, podem rever-se neste conjunto de atividades que aparece na página 31 como capacitadas para desenvolver esta ambição com este conjunto de atividades? Nós entendemos que não. E por isso também lhe deixo a questão de que forma é que acha que nós estamos a ver mal o documento e de que forma é que acha que afinal há aqui um conjunto de iniciativas que ajudem a pôr cada cidadão de Almada a viver a realidade do nosso território. Mas Sr. Presidente, gostaria também de lhe perguntar pela questão das acessibilidades. O Sr. Presidente falo num conjunto alargado de investimentos a infraestruturas que num plano plurianual envolveria mais de sete milhões de euros, segundo percebi bem, era importante que nós percebêssemos em que contexto, que tipo de infraestruturas, que tipo de intervenção e que tipo de ambição, é porque nós todos sabemos e não é preciso circular muito por Almada para perceber que há problemas crónicos que acontecem há demasiado tempo e não é certamente pela necessidade de intervenção ser se calhar muito onerosa, é porque ela não é contínua, não é alicerçada numa atividade planificada ao longo do tempo e depois se calhar vamos ter que gastar muito em pouco tempo, quando uma intervenção devidamente planificada permitiria evitar este tipo de necessidades financeiras associadas. E Sr. Presidente também dar-lhe nota de que continuamos a olhar para este documento e a ver aqui um conjunto de características na sua elaboração que salvo melhor opinião continua a pecar por demasiado panfletária no que diz respeito à reivindicação de obras no Concelho. E quando dizemos isto diz respeito ao facto de para a autarquia faz sentido continuar a apresentar neste documento um conjunto de obras que, no entender da autarquia, têm que ser promovidas pelo Governo. Bom, agora sem prejuízo do novo cenário que se calhar vai ser mais fácil de concretizá-las e portanto cá estaremos para ver a capacidade também desta



nova equipa governativa nacional de acolher também estas novas reivindicações, mas independentemente disso, aquilo que é verdade é que nós continuamos de forma séria a achar que aquilo que é do Governo é do Governo e não faz sentido estarmos constantemente e de forma consecutiva a apresentar nestes planos obras que nem é responsabilidade da autarquia por um lado, nem será a autarquia a substituir o Governo por outro e está visto que não o faz porque estas obras aparecem consecutivamente há tantos anos que eu já nem consigo ter memória quando começou este tipo de reivindicações. Não pomos em causa que muitas delas até possam ser mais urgentes do que desnecessárias, agora aquilo que é verdade é que não sendo parte da solução a autarquia, não faz sentido também ser a autarquia a fazer de porta-voz de necessidades quando devia ser ela a promotora de soluções que está visto que naquilo para que era estruturante continua a não aparecer a verba, o calendário e a capacidade de execução. E portanto Sr. Presidente, para terminar esta primeira intervenção, a questão que lhe deixo é exatamente essa, ao fim de dois anos de mandato o que é que podemos constatar para além de uma mudança estrutural que nós saudamos, que foi uma valorização da imagem do Município através da realização de grandes eventos que nós não pomos em causa porque acho que nos leva mais longe, traz mais cidadãos ao nosso território e pode com isso potenciar mais as nossas potencialidades intrínsecas, o que é que foi possível ao longo de dois anos fazer para criar mais emprego, mais empresas, mais investimento em Almada que nenhum destes três parâmetros nós vimos, apesar de termos visto isto noutros Concelhos do País. E de que forma é que entende que este documento dá resposta a este nosso anseio e onde é que vê as rubricas, o calendário e a concretização destes mesmos desideratos que infelizmente ao fim de dois anos ainda não foi possível de testemunhar e que com este documento pelo menos na nossa visão esperemos que na sua resposta se fique mais evidente, continuamos a não ver como estratégia, como ambição e como plano de ação.”

6.1.2.2 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Revés (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Ao longo dos últimos anos temos vindo a denunciar, também nesta Assembleia Municipal, as nefastas consequências, para Portugal e para os portugueses, das políticas levadas a cabo por imposição da “Troika”, cirurgicamente implementadas (e até ultrapassadas) pelo Governo PSD/CDS-PP.

A destruição do tecido económico do país, o desmesurado crescimento da dívida pública, a alienação de setores chave da economia entregando-os a interesses privados, o aumento brutal da carga fiscal, a desresponsabilização social do Estado, a perda de direitos dos trabalhadores e pensionistas (tão arduamente conquistados com a Revolução de Abril), os continuados ataques e ingerências à autonomia do Poder Local Democrático, são apenas



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

alguns dos muitos exemplos que podemos dar das repercussões destas políticas prosseguidas com demasiada frequência em desrespeito pela Constituição da República Portuguesa.

O resultado da feroz austeridade imposta aos portugueses é claramente demonstrado pelos dados recentemente publicados pelo INE, a 16 de outubro de 2015, no Inquérito às Condições de Vida e Rendimento em 2014, no âmbito do Dia Internacional da Erradicação da Pobreza. De acordo com este inquérito em 2013 aumentou o risco de pobreza para 19,5% (assumindo-se as crianças como o grupo populacional mais afetado) e a taxa de intensidade da pobreza aumentou igualmente para 30,3%; agravou-se o fosso entre ricos e pobres com o rendimento líquido do 10% mais ricos a ser 11,1 vezes superior ao dos 10% mais pobres; em 2014 a população que vivia em situação de privação material foi de 25,7%.

Senhoras e Senhores Deputados Municipais

Com os resultados das eleições legislativas do passado mês de outubro e no quadro de um entendimento político que permite a constituição de uma maioria de Deputados na Assembleia da República, estão criadas as condições objetivas para uma nova política, que traga ao País e aos portugueses novas oportunidades de saída da crise que há tanto se perpetua.

E que devolva ao Poder Local Democrático a autonomia, as competências e a capacidade efetiva de gestão que foram vítimas de um enorme e violento “assalto” nos últimos quatro anos, não só em termos financeiros, mas também em termos da própria estrutura dos serviços municipais, nas limitações à contratação de trabalhadores e, pela enorme importância que tem para o desenvolvimento local e proximidade às populações, a reposição das Freguesias extintas.

É neste contexto de mudança (agora sim de paradigma) que os Planos de Atividades e Orçamentos da Câmara Municipal e dos SMAS de Almada são presentes a esta Assembleia para discussão e votação.

Documentos que, na senda do que é habitual, representam uma análise cuidada das necessidades do Concelho de Almada e das suas gentes, dando resposta aos inúmeros desafios que elas colocam.

Orçamentos elaborados de forma cuidada e responsável, sem dar passos maiores que as pernas, que continuam uma política de efetiva consolidação orçamental com especial atenção para a contenção de custos correntes; de manutenção de todas as atividades municipais, de preocupação com os trabalhadores do município na garantia das suas remunerações e na melhoria das condições de trabalho; de responsabilidade perante todos os agentes económicos que com o Município têm relações; de manutenção de elevados níveis de investimento em prol das populações.

Em suma, Orçamento onde a sustentabilidade é a palavra de ordem, mas também a responsabilidade social com o aumento da despesa na educação, na ação social escolar e na



habitação, com o não aumento das tarifas da água e a manutenção de um tarifário social em benefício dos munícipes com maiores dificuldades.

É certo, todavia, que a incerteza política que nos passados quase dois meses grassou no nosso País, teve consequências na elaboração destes documentos, desde logo pela inexistência de um Orçamento do Estado e, como tal, pela indefinição nas transferências do Estado para as Autarquias, o que forçou a considerar valor idêntico ao do ano anterior. É certo, igualmente, que nos próximos tempos serão tomadas decisões legislativas na Assembleia da República que poderão ter reflexos nos Orçamentos agora entregues.

Porém estamos certos que tanto na Câmara Municipal de Almada como nos SMAS estas são questões que estão devidamente identificadas, que serão criteriosamente e responsabilmente analisadas, que serão encontradas respostas eficazes e, em sede de revisão orçamental no próximo mês de abril, cá estaremos para as discutir e votar.

Em prol de Almada e dos Almadenses e pela defesa do Poder Local Democrático.”

6.1.2.3 - A Sr.^a Deputada Municipal Maria Odete Alexandre (Ind.):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Presidente, especialmente para si, muito obrigado pela troca de opiniões que me proporcionou no período da intervenção da oposição, foram duas manhãs de trabalho que apreciei e devo dizer-lhe que me revejo em muitas das coisas que estão neste documento.

Contudo há sempre algumas questões que as gostaria de ver realçadas. Na nossa conversa verificamos que não era possível fazer, que as salgas romanas viessem mencionadas já neste plano porque é uma questão que envolve muitas entidades e que provavelmente exigirá uma candidatura aos tais projetos 2020, que a gente não sabe se chega lá porque pela minha parte estou velhota e não sei se vou ver as salgas ao vivo e a cores, mas tenho pena de fato que essa parte não tenha sido contemplada já neste Plano.

Quero saudar o facto de ter considerado por exemplo as soluções que aumentam a eficácia e qualidade do serviço nos circuitos de recolha dos resíduos sólidos urbanos, porque é de facto uma das grande falhas que nós temos no Município, é que a questão da limpeza urbana não esteja mais afinadinha. Eu gostaria de ver isso de facto com outra qualidade.

Também falamos das questões da logística na cidade, principalmente no centro da cidade e vi que essa é uma das preocupações no Plano deste ano.

Igualmente a sinalética, creio que existe um plano municipal da sinalética que eu não conheço e que gostaria de conhecer. Eu depois farei um requerimento para pedir o acesso a esse Plano.

Também devo realçar que gostei de ver aqui que vai ser implementado um Plano Municipal de Promoção das Acessibilidades de Almada, assegurado e facilitando a mobilidade pedonal em geral e em particular dos portadores de deficiência, dos idosos e das crianças enquanto



instrumento de construção progressiva de uma cidade cada vez mais acessível a todos. Esta também foi uma coisa a que fui sensível.

É também a diligência que está prevista de se poder lutar um pouco mais pela integração tarifária do passe social intermodal, sei que é uma preocupação também sua e que eu realço aqui neste Plano.

Mas finalmente há uma coisa que lamento bastante que não esteja aqui contemplada, que é o Regulamento para atribuição de Habitação Social. Está aqui que continuarão a ter a mesma política municipal de habitação social, eu sei que existem critérios, mas penso que deveria aqui haver um Regulamento e que isso se tornaria tudo mais claro e mais explícito. Sugiro-lhe uma vez mais incluir no Regulamento a criar a cláusula de exclusão de habitação social atribuído a agressores nos casos de violência doméstica.”

6.1.2.4 - A Sr.ª Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Estamos a apreciar um documento que resulta de duas coisas. Resulta de um culminar de ações de intervenções na base de um programa com que nos apresentámos aos almadenses e resulta também de um trabalho desenvolvido desde que fomos eleitos e portanto isto não caiu aqui hoje como uma primeira apreciação ou como uma apreciação nova. Mas eu gostava, se me permitem, e sem prejuízo de aprofundar alguma coisa que eu vou dizer, das duas ou três notas prévias, porque me parece que é sempre de valorizar e acho que outras intervenções também da CDU devem aprofundar isto. Nós estamos a discutir um documento que expressa logo na introdução uma coisa que nós valorizamos e é efetivamente uma marca distintiva, permitam-me da nossa forma de gerir e eu passo a citar e aliás isto já foi aqui citado também por outras intervenções antes da minha que é optamos de novo por levar a debate mais alargado as linhas de orientação em concreto, procurando incorporar no documento que apresentámos contributos que oriundos de visões e interpretações distintas da realidade concelhia representam ajudas significativas à melhoria da atividade geral do Município. E isto é muito importante, porque do nosso ponto de vista quem o fez, quem contribuiu para a melhoria deste documento, hoje seguramente não fazia intervenções como o Sr. Nuno Matias. Por outro lado, queremos também dizer que isto tudo também reflete uma outra realidade é que apesar de estarmos em maioria no Executivo, não nos fechamos em nós próprios, ouvimos, sabemos incorporar outras ideias e propostas que contribuem para a melhoria das opções políticas. Ou seja, nós não fazemos isto por um exercício de parece bem, fazemos isto porque é da nossa génese fazer, ouvir para melhorar, porque não temos a mania que sabemos tudo e que somos os melhores, a verdade é que temos esta marca distintiva no exercício do poder e não fazemos exercícios de retóricas a perguntar o que é que se vai fazer quando temos efetivamente ou quando houve quem com responsabilidades políticas neste País não soube nem cumprir as promessas que fez, nem desenvolver as



condições de vida do povo, dos trabalhadores, das populações, do poder local democrático. Portanto, pensamos que são fatores que nos devem orgulhar, mas também nos devem e nos responsabilizam mais na nossa forma de fazer política. Sabemos também que procuramos e que procura o Executivo integrar sugestões vindas dos trabalhadores do Município.

A segunda nota também, e está assumido na introdução, é o alargamento da intervenção municipal em áreas de atividade que não sendo da direta responsabilidade do Poder Local correspondem a necessidades de muitos dos nossos concidadãos até pelo não cumprimento do Poder Central das suas obrigações e finalmente acho que também devemos saudar a saúde financeira do Município que resulta do rigor, da competência, mas também do saber definir as prioridades, planeá-las e executá-las para o cumprimento dos compromissos assumidos. E a intervenção do Sr. Deputado Nuno Matias faz-me falar do eixo nº 3. O eixo nº 3 que o Sr. Deputado só deve ter lido a página 31. Aliás, eu começo mesmo por dizer que até a própria introdução do meu ponto de vista, até sistematiza bem o entendimento que se deve ter sobre o que é o Plano a mobilidade urbana e as acessibilidades. E presumo que não deve ter havido, o Sr. Deputado Nuno Matias já nos habituou a ouvir intervenções fundamentadas, quando ele não percebe o que está neste eixo, seguramente é porque não leu, seguramente é porque não percebeu, ou então não tem noção exata do que deve ser um plano de uma autarquia nesta vertente da mobilidade urbana, das acessibilidades e da mobilidade. Sr. Presidente nós efetivamente achamos bem, achamos que está aqui desenvolvido quer a partir da introdução, quer a partir do eixo em si, da página 31 e seguintes, um conjunto de matérias que nos faz dizer o seguinte, eu apelava a que esta questão da melhoria que é fundamental e estamos de acordo do espaço público para os deficientes para haver uma melhor mobilidade, ela é incompatível com a necessidade de impedir o estacionamento de carros em cima dos passeios. Hoje infelizmente o centro de Almada que se achou tanto tempo e que se fez uma guerra contra o Município porque estava a matar a cidade de Almada, o centro de Almada hoje o que existe é muitas críticas pelo facto de haver em ruas que estavam vedadas aos carros montes de ferrinhos que as pessoas como os invisuais, as cadeiras de rodas, enfim tudo isso que aqui vinha como sendo fator de responsabilização pela não dinamização do centro de Almada, hoje está a ser criticado porque existe um conjunto de ferrinhos, aquilo não são pilaretes, aquilo já é entraves a mobilidade portanto isto pressupõe a necessidade de se fazer uma campanha de sensibilização para que os Munícipes que utilizam o carro e daí eu estar muito de acordo com a prioridade que é dada ao transporte público, já agora transporte público que tem sofrido tudo o que tem sido ataques à não execução para aquilo que foi criado, cortes de carreiras, aumento dos preços, privatização do setor, nós sabemos que hoje até a localização de paragens, eu sei que quem anda de carro e nunca anda de autocarro diz, “mas isso pode prejudicar o fluxo do trânsito”, mas quem vem por exemplo de Lisboa em transporte público num autocarro que saiu daquela



paragem que é chamada as portagens, sobe a escadaria ou a rampa para depois apanhar os TST para Cacilhas, há aqui alguém dos Srs. que saiba qual é a primeira paragem que essa pessoa tem para apanhar o autocarro para Cacilhas? Ou vai ao Garcia de Orta, ou vai em frente à Clínica do Dr. Juvenal Sobral, isto é estimular o transporte público? E portanto o que é que nós dizemos? É preciso que de facto o Executivo pressione os TST entidade privada da colocação de paragens que estimule, eu sei que há Srs. que só andam de carro e dizem “mas pôr ali uma paragem intermédia é muito chato porque depois ali há engarrafamentos”. Pois é, mas é mais chato para quem tem que andar à chuva e quando se diz aqui e bem que tem que se estimular o transporte público. E já agora não resisto porque eu já informei os serviços da autarquia que em frente à Junta de Freguesia do Pragal, existe uma paragem no sentido descendente do 106, curiosamente alguém pôs lá as setas para o tribunal e portanto quem desce continua a não ver a paragem. Para os Serviços da Autarquia já agora fica aqui a nota, façam o favor pela enésima vez ver se alteram, porque quem vai a descer não vê a paragem e vai até ao fim da rua e nunca vê a paragem porque tem lá uma coisa que diz Tribunal, tem lá outra coisa que diz não sei o quê e isto não ajuda. Mas também já agora e em termos de cumprimento das coisas que se dizem que se fazem, eu gostava de saber já agora, se aquela intervenção que está a ser feita da avenida do Cristo Rei para a Nuno Álvares Pereira que eu já vi que está em obra, se finalmente é a intervenção que quer a 4ª Comissão, quer aqui na própria Assembleia já é disso, porque então continuamos a dizer, sim senhor merece a pena colocar as coisas porque esta autarquia ouve e resolve. E porque acho que sobre as questões da mobilidade do espaço público o fundamental é estimular a utilização do transporte público e por isso a autarquia tem que ter uma ação muito ativa junto do Poder Central, mas também na Área Metropolitana de Lisboa, eu estou muito de acordo com aquilo que está aqui colocado, mas para se promover efetivamente a opção pelo transporte público tem que haver e estamos com certeza todos disponíveis para fazer essas ações de sensibilização em defesa do transporte público para que as cidades possam ser efetivamente melhor geridas e melhor utilizado o seu espaço público. Por último gostava de sugerir que nestes grupos de discussão do PUMA tanto quanto possível se introduzisse ou se convidasse a participar organizações dos utentes, porque parece-me e parece-nos a nós que de facto podemos dar um contributo, porque conhecemos, porque sabemos o que se passa. Já agora, a ECALMA, penso que a ECALMA pode servir para fazer esta intervenção pedagógica mobilizadora e esclarecedora das alternativas ao estacionamento no centro da cidade e não só, e também uma outra sugestão, é que dentro estamos de acordo que as bicicletas e tudo o que seja modo suave de transporte possa ser estimulado e dinamizado, mas não nos podemos desfocar do fundamental da gestão do tráfego na cidade. Sr. Presidente, entendemos que a valorização do espaço público é fundamental, porque os projetos que promovam a biodiversidade e a mobilidade sustentável



são garantias para o futuro e nessa condição achamos que está aqui um bom documento de trabalho e seguramente que nos revemos nele.”

6.1.2.5 - A Sr.^a Deputada Municipal Eva Gomes (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

As Opções do Plano para 2016 da Câmara Municipal de Almada hoje em análise, vão ao encontro do compromisso assumido na educação e formação contínua a defesa do sistema educativo público, universal e de qualidade, sempre em articulação com as associações e com a comunidade educativa presente. Prosseguirá a monotorização da Carta Educativa, iniciar-se-á a obra da nova escola básica integrada da Charneca de Caparica, executar-se-á o plano de conservação e manutenção do parque escolar do Município com princípios de eficiência energética e ambiental e assegurar-se-á o Programa Municipal de Ação Social, e como tal, o projeto Pasta Escolar.

Da mesma forma, a promoção da frequência do ensino superior e a investigação académica, com a atribuição de bolsas de estudo a estudantes com dificuldades económicas e o reconhecimento e apoio a jovens e projetos que se destaquem pelo seu mérito e potencial, bem como a promoção da aprendizagem ao longo da vida continua a ser uma aposta do Executivo Camarário.

Por outro lado, garantir o acesso generalizado da população à criação e fruição das artes e cultura e a participação dos agentes locais na programação da oferta cultural mantem-se imperativo. Desenvolver-se-á a rede municipal de equipamentos culturais, com a continuação da elaboração do projeto do futuro Museu de Arte Contemporânea Rogério Ribeiro, manter-se-á a promoção de Festivais, como o Festival “O Sol da Caparica”, “Caparica Primavera Surf Fest”, Festa Anual da Casa da Cerca.

Sendo igualmente importante e de destacar que conta do ponto 4.16, e cito: “Dinamizar o Fórum Municipal da Juventude incentivando e estimulando à participação ativa dos jovens no nosso Concelho.

Também o desenvolvimento da atividade física e do desporto continuará a ser prioridade, mantendo-se a oferta de infraestruturas que propiciem a atividade física bem como o desenvolvimento de programas como o Programa Municipal Troféu de Almada.

Na intervenção social continua o apoio às IPSS, para a melhoria das respostas sociais no Concelho. Proceder-se-á ao realojamento de famílias abrangidas pelos programas especiais de realojamento (PER), funcionará regularmente o Conselho Local de Ação Social de Almada, aplicar-se-á o Plano Municipal de Emergência, será elaborado o Plano Municipal Contra a Violência Doméstica e continuará a merecer a atenção do Município o Movimento Associativo Popular.”

6.1.2.6 - O Sr. Deputado Municipal João Geraldês (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Em nome da CDU, irei abordar essencialmente as propostas que nos são presentes no quadro dos dois primeiros Eixos Estratégicos das Opções do Plano para 2016, e as grandes linhas de atividade propostas pelos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada.

Permitam-me, no entanto, uma primeira referência a questões de natureza mais global.

No exercício das competências e responsabilidades que nos cabem enquanto órgão deliberativo do Município, chegamos ao momento de apreciação - e consequente tomada da competente decisão -, sobre as propostas incluídas nas grandes linhas de orientação e intervenção que a Câmara Municipal e os Serviços Municipalizados se propõem executar ao longo do ano de 2016.

Sobre nós impende, por isso, uma grande responsabilidade: da nossa decisão depende a continuação da execução do compromisso, assumido com os almadenses e com as almadenses, de contínua melhoria da qualidade de vida e do bem-estar de todos nós.

Como afirma o Presidente da Câmara Municipal na introdução ao documento que apreciamos, o “propósito que anima e determina as grandes opções para 2016 configura o objetivo de colocar os recursos, o saber e a capacidade de intervenção concreta do Município ao serviço de um permanente combate às dificuldades mais sentidas por toda a população, com particular atenção para os mais carenciados”. É sobre a concretização deste objetivo que somos hoje chamados a pronunciar-nos.

Estas Opções do Plano respeitam, necessariamente, as linhas mestras do programa político que foi sufragado pela vontade do Povo de Almada nas eleições de Outubro de 2013.

O seu conteúdo, as propostas que integra, ultrapassa no entanto as fronteiras desse programa político, absorvendo e integrando um debate mais amplo sobre os caminhos a trilhar, que envolveu e envolve todas as correntes de opinião expressas pelas diferentes forças políticas com representação nos órgãos municipais.

É justo registar nesta intervenção, por isso, uma saudação particular ao processo de construção deste documento. A forma como foi construído e chegou até nós, traduz um dos aspetos fundadores da postura e da prática política prosseguida pela CDU: sem colocar em causa os princípios fundamentais e orientadores das suas opções políticas concretas, a CDU promove em todos os domínios e em todos os momentos da vida coletiva, um esforço de criação de espaços de encontro e de consenso, fundado na criação de condições objetivas para a participação o mais ampla possível, quando em causa está a definição de caminhos comuns que a todos devem mobilizar no sentido do bem-estar geral.

Quanto ao Eixo Estratégico relativo ao “Planeamento estratégico, ordenamento e gestão do território”, a CDU releva essencialmente o aprofundamento da linha de trabalho que respeita à elaboração dos instrumentos de gestão do território, peças essenciais para a modernização e desenvolvimento do nosso Concelho.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Neste quadro, assume importância particular o desenvolvimento do processo de revisão do Plano Diretor Municipal, que dará em 2016 novos e significativos passos na sua evolução.

O ordenamento do território, traduzido no processo de revisão do PDM mas também no desenvolvimento de um elevado número de outros instrumentos de planeamento, continuará a constituir em 2016 uma área de preocupação prioritária do Município, entendida como área de intervenção determinante para a melhoria da qualidade de vida da comunidade no seu conjunto, e de salvaguarda e valorização do património comum - construído e natural - que a todos os Almadenses pertence.

As Opções do Plano que temos perante nós dão-nos conta, assim, de que irá prosseguir o trabalho de desenvolvimento, entre outros, de instrumentos de gestão tão importantes como o Plano de Urbanização de Almada Nascente - Cidade da Água, o Plano de Urbanização Almada Poente, a estratégia de desenvolvimento para a Trafaria, a requalificação urbana e ambiental da Costa da Caparica, mantendo válidas as opções de desenvolvimento definidas no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Costa da Caparica, e a valorização da Zona Ribeirinha - Ginjal/Cacilhas, Almada e Pragal.

Serão prosseguidos e aprofundados em 2016, os processos de reabilitação e regeneração urbanas, centradas em intervenções em áreas urbanas consolidadas delimitadas como Áreas de Reabilitação Urbana.

Novos impulsos e apoios serão dirigidos no sentido de suportar o desenvolvimento consistente e o encerramento, de processos de reconversão e reabilitação de áreas urbanas de génese ilegal que permanecem no Concelho.

Neste esforço de consolidação da já muito significativa intervenção municipal ao nível da regeneração urbana, a componente fiscal não é descurada. Sublinhamos, de forma muito positiva, o esforço revelado pelo executivo municipal no sentido de assegurar uma prática de fixação e atualização periódicas das taxas urbanísticas, e trabalhar no sentido da adoção de regimes especiais de taxas suscetíveis de estimular e incentivar o investimento em áreas territoriais consideradas prioritárias.

A CDU saúda igualmente o objetivo enunciado na proposta que discutimos de promover ações de caráter transitório em territórios deprimidos, até que seja possível encontrar soluções que possibilitem a reafectação definitiva desses territórios a novos usos.

Ao nível da promoção do desenvolvimento da atividade económica no nosso Concelho, o apoio à iniciativa empresarial e a promoção de mecanismos que permitam a captação de investimentos no Concelho continuará a ser uma realidade.

Sublinhamos, em particular, a criação de uma unidade orgânica na estrutura de serviços da Câmara Municipal, que terá como missão e como função promover especificamente programas, projetos e ações neste domínio.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Serão simultaneamente mantidos e alargados os apoios e a cooperação com os agentes económicos que atuam ao nível das atividades económicas tradicionais do nosso Concelho, com particular destaque para a atividade piscatória, a atividade agrícola e o comércio local, dando especial atenção às micro, pequenas e médias empresas e a projetos que se afirmem como potenciadores da coesão social e proteção do ambiente.

O Turismo continuará a constituir uma aposta séria do Município. Prosseguirá a execução do Plano Estratégico de Valorização e Desenvolvimento do Turismo, e a promoção de atividades e iniciativas no quadro da Plataforma de Atores constituída no seu âmbito. Serão dados novos passos no sentido da consolidação do patamar destacado que Almada alcançou já ao nível da Área Metropolitana de Lisboa neste domínio.

Serão prosseguidos os esforços de aprofundamento da cooperação com Universidades e Escolas Superiores, Institutos e Centros de Investigação, atuando o Município como facilitador da necessária articulação destas entidades de ensino e investigação com o tecido empresarial e outras entidades determinantes para o desenvolvimento do Concelho.

Neste quadro, será igualmente mantida a permanente exigência do cumprimento das responsabilidades diretas da Administração Central no que respeita a matérias de ordenamento e planeamento do território, num amplo conjunto de processos de que o documento em apreciação nos dá conta com o necessário detalhe.

Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

Relativamente ao ambiente, biodiversidade e energia, a CDU sublinha, em primeiro lugar, o facto das Opções do Plano para 2016 que nos são propostas reafirmarem, sem hesitações de qualquer espécie, a determinação e, manter todas as ações no sentido da garantia de que a gestão da água, incluindo todo o ciclo urbano deste bem essencial de que todos necessitamos para viver, será mantida na esfera pública e municipal através dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada.

Salientamos igualmente a exigência de que a gestão dos serviços de recolha e tratamento de resíduos sólidos regresse à esfera da gestão pública e municipal, a partir da reversão do processo de privatização da EGF/AMARSUL. Reversão de um processo que afeta muito negativamente as populações e os Municípios, e para a qual entendemos que podem ser, nas atuais circunstâncias, reunidas as necessárias condições para a sua concretização efetiva.

A gestão municipal propõe-se entretanto prosseguir o trabalho no sentido do reforço da eficácia e eficiência das atividades de limpeza urbana, limpeza pública e recolha seletiva de materiais para reciclagem e reutilização.

Um novo Regulamento de Resíduos Sólidos Urbanos, já aprovado por esta Assembleia, entrará em vigor em 2016, constituindo-se, estamos convictos, num fator essencial para a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações, mas igualmente como fator



determinante para o estímulo à mudança de muitos hábitos e práticas individuais desadequadas que prevalecem no nosso Concelho.

O Município continuará a prestar uma aturada atenção ao reforço do seu contributo local para a defesa do ambiente, em particular no que se refere à adoção de programas, medidas e práticas que contribuam positivamente para a eliminação ou adaptação dos fatores mais agressivos e nocivos resultado das atividades humanas, que hoje colocam em causa a qualidade do ambiente, a saúde pública e a própria vida.

A proposta de Opções do Plano para 2016 assume o compromisso de prosseguir a intervenção municipal no sentido de garantir que os princípios de uma gestão ambiental equilibrada e sustentável serão vertidos e integrados em todos os projetos e atividades municipais.

Serão reforçados em 2016 os pressupostos que permitirão desenvolver e aprofundar, ao nível da defesa e valorização da biodiversidade, do incremento das funções agrícolas do território, da qualificação dos espaços verdes, do conhecimento sobre os ecossistemas urbanos e naturais, da gestão e redução do ruído, da estratégia local para as alterações climáticas, visando a redução da intensidade energética e carbónica do nosso Concelho, das ações de educação e sensibilização para a sustentabilidade, e dos domínios da promoção da saúde, bem-estar e proteção animal, entre outras áreas igualmente significativas de intervenção neste domínio.

O Município de Almada manterá integralmente em 2016, o compromisso internacional de adoção de medidas de adaptação capazes de tornar o nosso território mais resiliente, assegurando benefícios sociais, económicos e ambientais a todos Almadenses.

Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

No que aos Serviços Municipalizados diz respeito, e nos 65 anos de intervenção ao nível da gestão da água pública que serão devidamente assinalados e celebrados em 2016, a CDU destaca como aspetos essenciais da proposta que nos é presente o seguinte:

- Dotados de um orçamento global de quase 31,5 milhões de euros, os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada destinam perto de 13,5 milhões de euros para investimento em 2016.
- Serão iniciadas as importantes obras de renovação da rede de água, drenagem de águas residuais e pluviais em Almada Velha, numa intervenção que irá prolongar-se por vários anos.
- Serão realizadas obras de reabilitação na adutora da Fomega/Faculdade de Ciências e Tecnologia/Murfacém e a ligação das redes do Raposo e do Pragal através da construção de passagem no viaduto do Pragal.



- Serão desenvolvidos os projetos para realização de obras em grandes adutoras e reabilitação de reservatórios. Serão construídos dois novos furos de captação e iniciada a renovação da rede de distribuição.
 - Ao nível do tratamento de águas residuais, prosseguirá a construção do tratamento secundário e reutilização de efluente e melhoria de integração da estação de tratamento do Valdeão, e serão promovidas obras de reabilitação nas estações de tratamento da Mutela, Portinho da Costa e Quinta da Bomba.
 - Será instalado um ecocentro que assegurará o adequado destino e tratamento ambiental dos resíduos produzidos pela atividade dos serviços.
 - Será desenvolvido o projeto ambiental Beba Água da Torneira, prevendo uma nova fase desta campanha de sensibilização à qual é atribuído o sugestivo lema “eu bebo”.
 - Será lançado um projeto piloto de telecontagem de contadores, e as ações previstas no iPerdas - controlo eficiente de perdas de água e emergência.
 - Será avaliada a possibilidade de instalação de centrais fotovoltaicas em espaços e equipamentos, contribuindo para a redução dos custos de energia, e iniciada a produção de energia por cogeração da estação de tratamento da Quinta da Bomba.
 - Após a conclusão das obras realizadas com recurso a fundos comunitários no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional, serão aproveitadas as oportunidades de candidatura ao novo quadro comunitário, com destaque para as áreas da eficiência e da energia.
 - Serão integralmente salvaguardados os direitos dos utentes nas suas relações com os serviços, mantendo um atendimento de proximidade, que passa pela cooperação estreita com as Juntas de Freguesia.
 - Será reforçado o princípio do abastecimento sem interrupções de água às populações, através das soluções de redundância e de um projeto de abastecimento móvel para situações de emergência.
 - Será prosseguida a gestão adequada dos recursos humanos indispensáveis à prestação de um serviço público de qualidade, assegurando a contínua melhoria das condições de trabalho, qualificação de instalações, postos de trabalho, refeitórios e outros espaços comuns.
- Por todas as razões acima aduzidas, a CDU irá votar favoravelmente as propostas de Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal e Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, por considerar que os documentos em presença correspondem a um novo passo em direção à consolidação do trajeto de desenvolvimento, sólido e sustentável, que vem sendo prosseguido no nosso Concelho.”

6.1.2.7 - O Sr. Deputado Municipal Pedro Matias (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Relativamente a este documento o Partido Socialista queria fazer aqui uma pequena intervenção relativamente a uma matéria que tem vindo a ser falado já há algum tempo, mas não deixaria de falar também que estamos hoje aqui a discutir as Grandes Opções do Plano, que é um documento importante naquilo que é o próprio desenvolvimento do Município nos próximos anos. No fundo é um documento orientador do trabalho da Câmara Municipal ou do Município para os próximos anos. No entanto e em virtude de uma alteração importante que se deu e que decorre das eleições de quatro de outubro, hoje temos um novo Governo e há um aspeto importantíssimo que nós e os Municípios têm que tem a ver com a possibilidade de aumentarmos o emprego em Portugal, que é uma chaga que nos vem perseguindo nos últimos anos e que é preciso combater de forma objetiva. Isto entronca com aquilo que eu queria dizer e que temos vindo a falar há uns dias e que penso e acho que não pode haver aqui nenhum tabu relativamente a esta matéria, tem a ver com o investimento no nosso Concelho. E queria fazer aqui três ou quatro questões ao Sr. Presidente que me parecem importantes e decisivas para o desenvolvimento socioeconómico do nosso Concelho. E não podemos ter medo e nenhum preconceito sobre o investimento importante eu temos que ter e que vamos ter e que é exigido dentro do nosso Concelho. Hoje, nós olhamos para o nosso Concelho como a maior parte dos Concelhos deste País que são constituídos por pequenas e médias empresas e microempresas que mais de oitenta, noventa por cento são pequenas e médias empresas.

O Sr. Presidente tem vindo a falar há algum tempo que temos algumas incubadoras como a Novalmadavelha, o Madan Parque e sabemos hoje também que cerca de oitenta por cento das empresas que nascem nessas incubadoras fecha no primeiro ano, mais de noventa ao terceiro ano e os níveis de criação de novas empresas é muito reduzido e muito lento. E por isso o Partido Socialista acha que em virtude do ciclo económico e com o novo Governo é possível alterar aqui uma perspetiva de investimento no Concelho que é o investimento privado de grande dimensão. Esta é uma área que tem que ser encarada com alguma, é um desafio ao Município, mas também é uma situação muito importante porque nós achamos que só dessa maneira é que é possível alavancar mais emprego e alterar de forma sustentada e definitiva o nosso Concelho socialmente e economicamente. E a minha pergunta fica e eu gostaria que o Sr. Presidente fosse bastante claro, que nos dissesse qual a forma e a ambição da unidade orgânica que tem vindo a falar que nos disse na Comissão, vai ser criada uma unidade orgânica que vai procurar investimento e nós gostaríamos que o Sr. Presidente nos explicasse qual a forma, qual a ambição, qual o caminho. No entanto não podia deixar de lhe dizer também que é importante um documento destes, as Grandes Opções do Plano, ser um documento que foi participado que deve ser participado por todas as forças políticas, porque o Município é constituído por um conjunto de ideias e acho que é importante essa abertura e fica aqui também a ressalva.”



6.1.2.8 - O Sr. Deputado Municipal José Lourenço (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Debruçar-me-ei nesta minha intervenção sobre dois eixos estratégicos destas grandes Opções do Plano. Administração do Poder Local o Eixo 6, Informação e Participação, Transparência e Eficiência e o Eixo 7, Modernização, Valorização do Serviço Público. Gostaria de realçar do primeiro destes eixos que o documento as Grandes Opções do Plano para 2016 cumpre simultaneamente vários objetivos. Primeiro respeita o nosso programa eleitoral, segundo respeita o direito da oposição e incorpora contributos dessa mesma oposição, respeita as conclusões do 1º Congresso de Almada e aposta na realização da 2ª edição do Congresso de Almada no segundo semestre do próximo ano. Das várias linhas de orientação deste eixo destaque entre outras a linha de orientação que decide a realização deste 2º Congresso de Almada, como disse há pouco tendo como temas a participação cidadã e as políticas de proximidade na Administração Local. A linha de orientação que decide promover a criação de comissões de desenvolvimento local no território de cada uma das onze Freguesias. A linha de orientação que decide implementar o Plano Municipal para a igualdade de género, o que decide manter a política municipal de apoio às três associações humanitárias de bombeiros, a que decide continuar interceder junto do Governo tendo em vista defender a regionalização, defender o reforço do Poder Local em Almada, designadamente a reposição dos órgãos representativos em cada uma das onze Freguesias do nosso Concelho.

Do outro eixo estratégico em apreciação destaque, prosseguir uma política de descentralização de competências e do respetivo recurso para as Freguesias garantir um elevado padrão de serviço público, assegurar a participação dos trabalhadores municipais e das suas estruturas representativas na gestão municipal; prosseguir a qualificação dos ambientes de trabalho e das condições de saúde, segurança e bem estar no trabalho na Câmara Municipal e Serviços Municipalizados, assegurar a conservação e manutenção permanente do património edificado municipal e por fim, junto da Administração Central pugnar contra o encerramento de serviços públicos essenciais à população e exigir a sua reabertura onde foram encerrados. As tais reivindicações panfletárias que foram aqui referidas pelo Sr. Deputado Nuno Matias. Exigir a criação da Loja do Cidadão no Concelho de Almada, assegurar todas as diligências para a criação dos Julgados da Paz em Almada.

Esperamos que para bem das populações do nosso Concelho os objetivos definidos nestas Grandes Opções do Plano sejam cabalmente atingidos.”

6.1.2.9 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Avelar Pinheiro (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu provavelmente iria pegar nas palavras do Sr. Deputado que me antecedeu na ideia de que espero que os objetivos sejam cabalmente atingidos. Eu também esperaria, mas o facto é que ao longo dos anos, enfim eu não sou das pessoas que esteja aqui nesta Assembleia há



mais tempo, mas ao longo dos anos tenho visto que os Planos anuais vão sendo em muitos casos praticamente iguais. Ou seja, há muitos objetivos que não vai sendo conseguidos e se vão mantendo de ano para ano, alguns é evidente que são coisas que não se fazem num ano, Roma e Pavia não se fizeram num ano, mas há muita coisa que me parece que provavelmente o continuar de ano para ano reflete algum bloqueamento em termos estratégicos e em termos daquilo que se consegue. Eu devo dizer que o que me faz mais impressão neste plano todo é haver, enfim já houve aqui algumas propostas mais estratégicas, havia alguma falta de estratégia, eu fico sem perceber se o objetivo do atual Executivo municipal é de continuarmos numa cidade que seja predominantemente dormitório, se é como foi em alturas anteriores uma certa adesão ao movimento das slow cities que a meu ver numa cidade como Almada é errado uma vez que as pessoas já têm enormes deslocações de casa para o trabalho, se pelo contrário se aposta num desenvolvimento de atividades económicas, quais atividades? É esta falta de estratégia que me faz confusão. Isso também é patente um bocado naqueles grandes Planos, enfim tivemos há pouco tempo algumas intervenções na Cova da Piedade, na zona da Romeira, mas é uma zona que há mais de vinte anos que está bloqueada, a degradar-se progressivamente, o mesmo se passa com o Ginjal, continuamos a não ter aquilo que eu me queixava enquanto criança e fiz a minha vida praticamente toda em Almada, de Almada não ter pelo menos na parte central, Almada e Piedade um acesso ao rio condigno. Há aqui uma série de assuntos que eu acho que estão bloqueados e que é preciso avançar com eles, acho que não é aceitável que continuemos assim.

Agora, queria ir para um assunto completamente diferente. Ontem discutiu-se aqui a Academia de Música de Almada, e durante o dia de hoje contatei com os Diretores da Academia de Música e aquilo que eles me disseram e a ideia que nós transmitimos que a própria Câmara Municipal tem e que de facto os principais problemas da Academia de Música não têm a ver com aqueles problemas dos acessos que aliás estão de certa forma a ser resolvidos, mas sim com o bloqueio de verbas por parte do Ministério da Educação, bloqueio de verbas que existiu e continua a existir neste momento. Às vezes temos coisas que são só para levantar poeira.”

6.1.2.10 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Já aqui foi dito, estamos a meio deste Mandato, cumprimos dois anos, faltam outros dois anos. Cumprimos dois anos em que apanhámos a parte, a segunda metade de um Governo de quatro anos que durante esses quatro anos nos levou a assistir a ataques vários às trabalhadoras e aos trabalhadores, às pensionistas e aos pensionistas, ao reformados e às reformadas, aos desempregados e às desempregadas, enfim a largos setores da nossa população. Ataques esses que se estenderam, não ficaram por aí estenderam-se à



Constituição que desrespeitaram durante os quatro anos e de forma constante e repetida, da mesma forma que assistimos a ataques vários ao Poder Local democrático nas mais variadas formas. Já aqui foram enumeradas várias, mas a mais visível ou a mais expressiva a extinção e agregação de Freguesias ao arripio da vontade das populações. O dia que hoje vivemos marca, queremos nós acreditar, uma viragem a esse processo, uma viragem de esperança, uma viragem de política que pretende no essencial devolver às pessoas isso mesmo, a esperança.

Em relação às Opções do Plano e Orçamento que aqui discutimos hoje, nós sabemos que há Partidos que neste momento já não estão no poder, estão na oposição, que acreditam que todas as maldades que vão sendo feitas na Assembleia da República podem de alguma forma depois ser mitigadas ou ser resolvidas por esse Poder Local democrático que tantas e tantas vezes afrontam e vão deixando mais pobre e mais enfraquecido. O Bloco de Esquerda não tem aprovado com o seu voto favorável as Opções do Plano deste Executivo, não o fará mais uma vez, digo-o desde já para que fique claro, iremos abster-nos, porque há questões com as quais nós de facto não podemos estar de acordo. Uma delas tem sido recorrentemente discutida nesta Assembleia, tem a ver com a utilização de trabalho voluntário nos Festivais, uma vez mais também já aqui foi dito, também nós não temos nada contra os Festivais que vão sendo realizados no Concelho, temos de facto um princípio, uma questão de princípio contra a qual nos manifestamos, contra a qual nos continuaremos a manifestar. Entendemos que o trabalho voluntário não se enquadra neste âmbito e como tal é uma questão de princípio com a qual nós não podemos concordar. No entanto o Bloco de Esquerda não deixa de assinalar o espírito de algo que esteve subjacente na elaboração destas Opções do Plano e deste Orçamento, foi nesse espírito de algo que o Bloco de Esquerda apresentou ao Executivo algumas propostas por nós consideradas fundamentais e propostas que de uma forma geral tinham a ver com o processo de revisão do PDM, o realojamento e a erradicação de barracas e casas abarracadas no nosso Concelho; o Orçamento Participativo que, embora nós entendamos o que está subjacente à realização do 2º Congresso Almada, nós entendemos que é tempo de avançarmos com estas questões. Já o dissemos no passado e nesta Assembleia também, o que aconteceu nas últimas eleições autárquica neste Município e noutros, a taxa de abstenção verificada deve e deverá continuar a preocupar-nos a todas e a todos. O afastamento da população da vida política do nosso País e da vida política do nosso Concelho deve-nos deixar preocupados e deve-nos deixar alertas sérios para aquilo que devemos fazer no futuro. O Bloco de Esquerda entende que o Orçamento Participativo é um instrumento que possibilita a participação empenhada de setores alargados da população e que dessa forma poderão ser ganhos para a vida política do Município. Apresentámos preocupações relacionadas com as opções participadas, ou seja, as intervenções que vão sendo feitas nos bairros sociais sob a alçada do Município,



apresentámos as nossas preocupações sobre o Fórum Municipal da Juventude, sobre a situação do Mercado do Levante do Feijó, que nós consideramos que já não tem condições para continuar a funcionar da forma que está a funcionar. Apresentámos preocupações sobre a limpeza nos bairros do IHRU. Apresentámos as nossas preocupações sobre a rede ciclável, os seus defeitos, as suas virtudes, mas principalmente sobre os defeitos naturalmente. Apresentámos preocupações sobre as barreiras arquitetónicas que também já aqui foi falado. Entendemos que existam barreiras no Concelho ou por todo o Concelho que urge eliminar. Apresentámos também as nossas preocupações e as nossas propostas sobre os processos de repavimentação e de rega asfáltica nas estradas do Concelho. Apresentámos propostas sobre semaforização sonora e a sinalização horizontal e vertical. Apresentámos propostas sobre as nossas preocupações sobre a situação em Murfacém e apresentámos propostas e nossa preocupação também, uma vez mais, sobre a extinção, agregação de Freguesias. Um processo que nós entendemos que urge reverter e que urge em certa medida devolver às populações a capacidade de decidir aquilo que querem para a sua Freguesia e para o resto do Concelho.

Já aqui o disse e repito, o Bloco de Esquerda abstém-se na votação das Opções do Plano e do Orçamento para a Câmara Municipal, a exemplo do que temos feito no passado, votaremos favoravelmente as Opções do Plano e Orçamento dos SMAS, por no nosso entender não haver motivo para mudarmos o nosso sentido de voto nesse aspeto particular.”

6.1.2.11 - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Presidente se me permite vou aproveitar aqui então para cumprimentar cordialmente o Deputado Nuno Pinheiro, que fez aqui menção à Moção apresentada ontem pelo CDS-PP relativamente à Academia de Música de Almada.

Bom, nós não queremos aqui criar nenhum incidente institucional com a Academia de Música de Almada, bem pelo contrário, não foi essa a nossa intenção. De qualquer forma Sr. Deputado Nuno Pinheiro, os subsídios são importantes, como é evidente, aliás nós ficamos à espera que o Partido que está agora no Governo consiga efetivamente e rapidamente desbloquear essa situação. Com certeza, mas estão cá para isso e foi para isso que não ganharam as eleições. De qualquer forma se os Diretores da escola e mais uma vez digo, não querendo criar incidente institucional, estão mais preocupados com os subsídios que também são importantes do que com a própria segurança das crianças. Eu penso que estamos conversados.

Entrando agora aqui na discussão das Opções do Plano, passaria a dar indicação relativamente ao CDS.

Discute-se hoje nesta Assembleia mais um Orçamento e Opções do Plano que deve visar as linhas mestras e orientações políticas que serão o instrumento de trabalho para a



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

concretização e implementação de medidas que têm como finalidade melhorar a qualidade de vida da população de Almada, desenvolvendo o Município, fixando e atraindo pessoas, bens e demais recursos.

Só com um plano estratégico devidamente elaborado, tendo como principal objetivo valorizar o potencial das pessoas e os recursos disponíveis, se pode concretizar o desígnio de uma Almada mais virada para os cidadãos, uma Almada mais integradora, uma Almada mais moderna e desenvolvida.

Almada, como temos vindo a referir ao longo dos últimos anos, tem tudo para se posicionar como uma das cidades europeias de referência, capitalizando a proximidade com a capital, os recursos disponíveis, a sua história e as suas gentes.

Para tal as escolhas e prioridades devem ser pensadas visando a concretização desses objetivos arrojados, ambiciosos e impulsionadores que levarão à promoção da cidade como pólo aglutinador de pessoas, de negócios, de lazer, da procura turística e histórica e de todo um bem estar que o cidadão procura para conforto das suas famílias.

No que respeita em concreto ao documento apresentado pelo Executivo para a programação e escolhas para o ano de 2016 em termos de opções a implementar em Almada, o CDS-PP depois de analisar cuidadosamente a proposta em questão tem o seguinte entendimento:

O CDS-PP apresentou-se em eleições locais em 2013 com um programa próprio que tinha como orientação a criação de condições para que Almada fosse um verdadeiro Concelho de valores, de conhecimento e inovação, de educação e formação, com qualidade de vida, sustentável e de livre iniciativa.

Também são notórias as divergências que o CDS-PP tem manifestado quanto às políticas e prioridades que os diversos Executivos em Almada, todos da CDU, têm vindo a concretizar no Concelho. Tem sido ainda notórias as divergências que o CDS-PP tem apresentado para com os sucessivos orçamentos da Câmara Municipal, que demonstram bem as prioridades quer do Executivo, quer as que o CDS-PP tem para a cidade.

Assim, o CDS-PP tem vindo a criticar e a apontar os gastos que entende serem excessivos, dispensáveis e mesmo supérfluos em cada orçamento apresentado. Tem denotado também a continuidade no que diz respeito à receita que a mesma é feita maioritariamente à custa de impostos diretos, transferências correntes e taxas, multas e outras penalizações para o Município, denotando-se alguma falta de originalidade que possa criar mais riqueza para o Município.

No concreto, continuamos a entender que é tudo uma questão de critérios, de opções e escolhas prioritárias que fazem com que mantenhamos muitas divergências que nos afastam do caminho orientador e traçado pelo Executivo em Almada.

Entende o CDS-PP que muito ainda há por fazer em Almada, que muitas oportunidades ficaram pelo caminho, que muitas das opções não terão sido as mais corretas e que com



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

isso Almada ficou para trás, comparado com os Municípios de igual ou mesmo de menor dimensão e de importância estratégica.

Fariamos diferente e gastaríamos menos mas melhor. É tudo uma questão de prioridades. Contudo, apesar de tudo, é notória uma mudança de relacionamento e uma maior reciprocidade às propostas apresentadas e discutidas que emanam da oposição.

Louvamos esse espírito de entendimento por parte do Executivo, o que achamos propício e fundamental para que Almada possa crescer e ter um desenvolvimento integrado através do contributo de todos acabando também por responsabilizar o seu conjunto. Tudo isto na impede a identidade de cada um, até porque no que respeita ao CDS-PP continuamos a ter caminhos opostos e prioridades ainda muito díspares.

Assim, é com interesse que olhamos para essa abertura fazendo com que em certas matérias possamos convergir para bem do Concelho.

Depois de alguma discussão nas várias reuniões realizadas nos Paços do Concelho ao abrigo do Estatuto da Oposição, Senhor Presidente da Câmara, agrada-nos o facto de vermos inseridos nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2016 algumas propostas e ideias que têm vindo a ser alvo de preocupação do CDS-PP e que agora podem ser convertidas na prática a bem da população.

Desta feita, satisfaz-nos vermos a intenção de uma maior valorização do património natural, cultural, material e imaterial, tal como a intenção e preocupação na recuperação e gestão do território em áreas como o Castelo de Almada, o Olho de Boi, a Torre Velha e as Baterias de Artilharia aqui na Trafaria. Entendemos assim, que o reordenamento do território é essencial e prioritário para o crescimento e desenvolvimento do Concelho.

Já no que respeita ao ambiente, vemos com bons olhos a necessidade de reforçar o investimento na limpeza, higiene urbana e recolha de resíduos, que a falta de investimento estava a dar uma péssima imagem a Almada.

Valorizamos também no documento em apreciação, a preocupação com o reforço na reabilitação urbana, motor determinante para a fixação das famílias no Concelho atraindo ao mesmo tempo muitas outras tal como mais investimento que possa dinamizar a economia local que se pretende mais competitiva e responsável também pela criação de postos de trabalho e novas oportunidades.

As “Boas Práticas Empresárias” e o “Prémio Municipal Empresa de Qualidade” são para o CDS-PP dois incentivos muito bem vindos. De qualquer forma Sr. Presidente, e já foi aqui falado, é manifestamente pouco para aquilo que se pretende para um Concelho como Almada.

Ainda no que respeita a integração e combate às desigualdades é de salientar o comprometimento do Executivo em dotar um maior apoio social e um reforço à medida das necessidades tal como um investimento em áreas que dizem respeito à inclusão, por exemplo



de crianças e jovens portadores de deficiência física e mental. Propostas prioritárias para uma verdadeira cidade integradora.

A criação do Plano Municipal de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica é neste Plano uma das medidas que merecem ser realçadas e que devem ter um acompanhamento cuidado e duradouro tendo como finalidade estancar este flagelo inexplicável que assola a nossa sociedade que é a violência e os maus tratos a mulheres, crianças e idosos.

A possibilidade de um primeiro encaminhamento jurídico para pessoas com dificuldades económicas e que necessitem de uma primeira abordagem em situação de conflito de vária índole é também um sinal de que a autarquia se preocupa com o cidadão, nomeadamente aquele que tem mais dificuldades e que precisa de uma primeira ajuda.

Entre outras medidas que consideramos satisfatórias e um sinal de uma pretensa mudança ainda que tímida, em querer tornar Almada num Concelho mais aprazível e desenvolvido e o reforço no pré-escolar e no básico tal como é também intenção do CDS-PP é a aposta na criação de medidas que envolvam a juventude nas escolhas e destinos da sua cidade como reativamento do Fórum Municipal da Juventude, a dinamização das Casas de Juventude existentes e a possibilidade do alargamento de horário nas bibliotecas em Almada para que os jovens estudantes tenham mais oportunidade de estudo.

Apesar de ainda se verificar muitas divergências, apesar de entendermos que muito ainda há para fazer no Concelho. Apesar das contas bem equilibradas, entendemos que muito ainda há para fazer, mas não podemos deixar de reconhecer que começa a haver aproximações com aquelas que são as preocupações e prioridades que o CDS-PP tem vindo a ter ao longo destes anos.

Concluindo, estaremos atentos e vigilantes na condução e aplicação das medidas e intenções propostas neste Plano e Orçamento para 2016, e não hesitaremos em apontar as falhas ou omissões que possam ocorrer com a não aplicação deste vasto conjunto de intenções inseridas neste caderno de opções para o Concelho de Almada. O CDS-PP abster-se-á na votação deste documento aqui em discussão.”

6.1.2.12 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

“Srs. Deputados Municipais;

Apenas duas notas, a primeira dar-vos conta para ficar registado que foi distribuído a todos os investimentos programados no âmbito do Almada 2020, e que foi algo que o Sr. Presidente se comprometeu e a Sr.^a Vereadora Amélia Pardal e foi distribuído, e está também na posse da Sr.^a Vereadora Amélia Pardal o circuito escolar, das escolas. Quem quiser no fim da Sessão, quem quiser nomeadamente a Sr.^a Deputada Maria Odete Alexandre que foi quem colocou esta questão de se poder ver o que está programado.”

6.1.2.13 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



Queria iniciar a minha intervenção fazendo uma referência e agradecendo a disponibilização dos dados que solicitei à Câmara relativos ao Pré-Escolar e ao 1º Ciclo, eu repito estes dados são muito importantes pela análise preliminar que pude fazer aqui desde que os recebi. Verifico que corroboram a análise que tenho feito e a perceção que tinha da situação no Concelho pela sua riqueza e reitero o agradecimento que fiz, pela sua riqueza e capacidade e possibilidade de esclarecimento destas matérias. Eu deixo à consideração da Mesa a possibilidade de distribuir também às outras forças presentes na Assembleia, porque pode ser matéria a analisar e a debater futuramente.”

6.1.2.14 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

“Srs. Deputados Municipais;

Sr. Deputado Municipal, dar-lhe nota do seguinte, foi feito um Requerimento, da parte da Mesa está à espera que a resposta venha, quando a resposta vier será publicitada no local dos Requerimento, no site da Assembleia.”

6.1.2.15 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu por mim tinha toda a boa vontade em ceder-lhe a minha cópia, mas penso que em termos institucionais não é o mais correto e portanto de qualquer modo fica o meu agradecimento e também o meu empenho de futuramente podermos fazer uso destes dados e podermos caracterizar melhor a situação no sentido de podermos também perspetivar melhorias e fixar metas e mestas que possam ser depois verificáveis em termos de cumprimento ao longo do tempo. Aliás, se me permitem esta era uma nota que eu gostava de dar, que era, há um conjunto de áreas, nomeadamente na educação em que se tem verificado avanços positivos, mas esses avanços positivos não têm um diagnóstico de partida pelo qual possam ser aferidos e por outro lado também não houve um compromisso, uma calendarização, um planeamento físico que nos permite dizer, não, de facto havia o objetivo de x e foi realizado noventa por cento de x , nós não sabemos porque pelo menos num conjunto de áreas que depois eventualmente poderemos precisar, não há de facto um planeamento que possa ser sujeito depois a uma prestação de contas e uma verificação, e eu dou um exemplo que é o seguinte, temos a questão da cobertura do Pré-Escolar, ao longo dos anos eu fui referindo, referindo que tínhamos uma cobertura insuficiente, mas a doutrina oficial da Autarquia é que não senhor, que tínhamos uma cobertura mais que suficiente. Ora, os dados que estão aqui apresentados, são dados importantes do ponto de vista da gestão destas coisas. Nós podemos a partir daqui fazer uma leitura que estabelece um diagnóstico, pode não ser o diagnóstico completo, mas é um diagnóstico. Nós sabemos que por exemplo, que no Pré-Escolar a rede pública Autárquica abrange cerca de vinte por cento das crianças com idade de frequentar o Pré-Escolar. Poder-me-ão dizer, mas para além da rede pública existe a rede solidária e existe o privado. De qualquer modo são situações distintas, porque o privado



implica o suporte pelas famílias da frequência das crianças do Pré-Escolar. E nós não podemos dizer nunca, não é aceitável dizermos que não se verifica um investimento porque há oferta do privado. O privado é uma opção das famílias, legítima, com enquadramento constitucional na Lei de Bases, também, mas é para as famílias que desejem e que suportam essa diferença. E nós temos de estabelecer um diagnóstico, temos que ver como é que se articula a rede autárquica com a rede solidária para responder adequadamente às famílias. Eu penso que seria adequado que a rede autárquica cobrisse cerca de quarenta por cento das necessidades, mas de forma muito gradual, vamos admitir que se perspectivava um prazo, por exemplo de cinco anos ou dez anos, aquilo que fosse possível acomodar em termos de projeção das receitas que pudessem ser alocadas a estes objetivos. Mas lá está o que precisamos é de ter um diagnóstico, ter um objetivo e ter um planeamento para atingir esse objetivo. E depois irmos respondendo no caminho que vamos percorrendo à medida que esses objetivos são atingidos e o que é que deve ser reforçado ou corrigido nas estratégias adotadas. Perdoem-me esta minha intervenção, foi a propósito do Pré-Escolar mas podia ser também a propósito de outras matérias em que sublinho de forma construtiva há passos positivos, mas que era importante sabermos qual é que era o ponto de chegada a que nos propomos para ver o que é que significam os passos em função até das nossas ambições.

Relativamente ao Plano de Atividades e Orçamento e às Opções do Plano, obviamente que é o documento que estamos a discutir. Eu penso que há aspetos positivos. E um aspeto positivo foi a disponibilidade para ouvir e para acomodar algumas propostas que o PS considerou importantes, não são propostas obviamente que esgotem o nosso programa e os nossos projetos, mas são propostas simbólicas que penso que são importantes num caminho em que podemos colaborar no sentido de melhor servir a população do Concelho. E essas propostas que foram aceites e contempladas devem de ser aqui valorizadas e ditas e referidas. São elas o reforço que para nós é importante da estratégia de participação das populações na vida autárquica que passe pela adoção, não no imediato, mas que comece a ser preparada do Orçamento Participativo e que no imediato passe pelo cumprimento da Moção que foi adotada pela Assembleia Municipal no que diz respeito ao Orçamento Participativo Jovem. É um caminho que é para ser feito, não entendemos que deva fazer uma alocação de verbas significativa, mas é um caminho que deve ser trilhado. Achamos também que é importante dar um sinal do ponto de vista do apoio às famílias particularmente às famílias mais carências e portanto, que a Câmara garanta a realização de atividades dos tempos livres nos períodos de interrupção das atividades letivas, nomeadamente em zonas mais deprimidas em termos sociais, nomeadamente nos territórios educativos de intervenção prioritária. Que nesses territórios educativos de intervenção prioritária não fique ao critério das Associações de Pais ou de outras entidades que participam, que são importantes e que devem ser apoiadas, mas que haja aqui uma atitude voluntarista da Câmara no sentido de



garantir que aquelas crianças que têm famílias que não lhes podem propiciar tanto como a maior parte das famílias felizmente propiciam, que essas crianças tenham um apoio e atividades úteis e um enquadramento saudável durante as interrupções letivas.

Também consideramos que era importante dar um sinal de valorização da Costa da Caparica. A Costa da Caparica é uma riqueza do Concelho de Almada e eu penso que deve ser visto como uma riqueza que precisa de ser sempre pensada em termos de valorização, porque a valorização da Costa é a valorização do Concelho de Almada, e na nossa perspetiva deve-se avançar o mais rapidamente possível no sentido de dotar a Costa de um equipamento cultural que pode ser uma biblioteca com as valências que centros de recursos e de animação que as bibliotecas atualmente têm ou outro figurino, mas deve avançar-se rapidamente, já numa perspetiva de assentar ideias e depois poder iniciar a obra já em 2017. Penso que é um aspeto importante.

E finalmente penso que há um grande consenso sobre a necessidade de investir na conservação da rede viária e entendemos que essa intervenção deve ter um caráter sistemático e global e aquilo que propomos é que se avance, avance, não é conclua, é avance no sentido de haver um plano integral de reabilitação rodoviária do Concelho que possa responder às expetativas das populações relativamente a estes aspetos.

E depois, penso que para além destes quatro pontos há outros pontos positivos que devem ser sublinhados. Pensamos que a criação da unidade orgânica que já foi referida aqui várias vezes no sentido de promover a imagem de Almada ou como alguns gostam de dizer, a marca Almada é importante, nós acreditamos que lhes vão ser disponibilizados os recursos para poderem de facto projetar Almada em termos de atração de investimentos e de divulgação do nosso território e das suas potencialidades. E cá estamos no futuro para verificar e para também com algumas críticas e sugestões e ideias no sentido de se avançar e aprofundar esse caminho.

Também penso que nem sequer está inscrito nas Grandes Opções do Plano, mas quero sublinhar a abertura que se verificou no que diz respeito à participação da oposição nos órgãos de comunicação do Município de Almada, nomeadamente no Boletim Municipal, na página da Internet da Assembleia Municipal e a possibilidade de divulgação também das Sessões. São reivindicações antigas que muitas vezes aqueceram aqui os nossos debates e que sendo contempladas esse passo que é dado é um passo que enobrece a Câmara e enobrece também aqueles que ao longo do tempo se bateram por isso, e penso que é um ponto de chegada importante.

Dito isto, estas grandes Opções do Plano não são as Grandes Opções do PS. Nós as diferenças não desapareceram, admito e acho que deve ser sublinhado que algumas delas se esbateram, penso que se no fundo consolidou uma relação de confiança no sentido de que estamos todos aqui a colaborar para de acordo com a nossa perceção das coisas e os



valores que nos enformam ajudar a que a população de Almada esteja cada vez com melhor perspetiva e mais satisfeita com o território em que vive, mas mantemos obviamente divergências fundamentais, algumas delas foram aqui muito sublinhadas numa Sessão da Assembleia recente sobre política fiscal, não mudamos de opinião, é matéria que nos divide. Nós entendemos e acompanhamos a CDU quando sublinha que a política fiscal tem uma função retributiva e que não se pode pôr em causa a progressividade de um imposto como o IRS, mas no nosso entendimento não é isso que está em causa, o que está em causa é utilizar os instrumentos que temos em Almada para poder favorecer as famílias de Almada, para poder protege-las de alguma maneira das agruras em que viveram em função da evolução política, económica e social nacional, e entendemos que sem pôr em causa a função retributiva e a progressividade dos impostos deve ser dado sempre um sinal de proteção das famílias. Aliás, a maior parte dos Municípios portugueses adotaram o IMI familiar, eu acho que é muito importante nós não deixarmos cair esta ideia e para o ano voltarmos a ela e relativamente ao IRS sublinhar que na nossa perspetiva deve ser dado um sinal e para o ano voltaremos a esta matéria. Estamos abertos a trabalhar, havendo vontade da Câmara e da maioria CDU, no sentido de calibrar a proposta, admitimos que os 2,5% podem não ser a solução melhor numa perspetiva de garantir a sustentabilidade financeira futura da autarquia, mas achamos de qualquer modo que devemos trabalhar no sentido de dar um sinal, percebemos que aqui não estamos de acordo, não entendemos que isso seja um drama, mas achamos que devemos sublinhar e manter as nossas posições.”

6.1.2.16 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Algumas palavras agradecendo desde já as intervenções que foram feitas, e naturalmente também sublinhando a importância que têm todas as bancadas de alguma forma sintam que tenham sido refletidas nas Opções do Plano pelo menos algumas das preocupações que foram manifestando ao longo do tempo e que estiveram presentes nas reuniões que realizámos. Dizer-vos que este ano não é uma atitude ocasional deste Executivo Municipal, esta é uma forma e é a forma como entendemos que deve ser gerida a Administração Local e é também por isso que por vezes em relação a determinadas focagens que nós divergimos, designadamente quando falamos de Orçamento Participativo nós estamos a ver um modelo, alguns de nós e acompanhei os fóruns de nascimento e o desenvolvimento dos fóruns de Porto Alegre, até relativamente perto e sei quanto nessa altura se colocou uma enormíssima esperança da parte de alguns que em relação aos Orçamentos Participativos e também como a partir de uma certa altura houve uma certa desilusão de outros, até dos mesmos quando se verificou que esse incentivo de participação não se traduziu nas mudanças societárias, para utilizar uma palavra simpática, as mudanças societárias que se esperavam deles. A participação, e é nesse sentido que entendemos o Congresso e que entendemos a nossa



intervenção, é muito mais rica, pode englobar os instrumentos da democracia participativa, assim como pode englobar os instrumentos daquilo que já é a nossa vida local, sobretudo numa cidade ou num Município onde o movimento associativo tem a dimensão que tem, onde todos os dias nos solicita e nos desafia para fazer coisas. Aquilo que nós achamos, a participação pode ter muitas e variadas formas e não nos centramos numa única, e fazer depender dessa forma praticamente tudo. Isso não nos parece que talvez seja a melhor forma de abordarmos aquelas que são as últimas maneiras como o cidadão intervém na vida pública e na definição das políticas.

Queria, de qualquer forma, em relação a outros aspetos também dizer-vos que a documentação na qual fundamos a nossa atividade, as nossas Opções e os nossos Planos, são num quadro democrático em que trabalhamos, devem ser acessíveis a todos aqueles que têm responsabilidades. E no âmbito da nossa normal atividade, tendo os Srs. Deputados ou Vereadores ou Cidadãos que possam e desejem ter acesso a essa documentação, não é só dizermos temos uma página na Internet onde nós despejamos as coisas, mas se ela nos for solicitada será fornecida. É natural que qualquer serviço queira fornecer informação com fundamento, informação trabalhada e por vezes isso não é tão rápido quando nós desejamos. Hoje foi fornecido os elementos que tinha pedido, porque só hoje nos chegou, porque senão tinha sido como devia ter sido, entregue ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal para que pudesse ser distribuída por todos, mas enfim, já que tinha sido, tendo em conta que poderia ter interesse em utilizá-la para a sua participação tivemos o cuidado de lha entregar.

Questões que não estiveram hoje presentes neste debate por nossa iniciativa mas resultam daquilo que foi o debate em torno da construção da receita. Eu penso que é uma outra matéria que nós entendemos pela forma como nós somos obrigados a construir o Orçamento, seria desejável que fosse vista no seu conjunto e num único momento, isso seria penso que mais transparente para todos sabermos o que é que estamos a tratar e qual é a dimensão, onde é que vamos buscar o dinheiro e como é que vamos distribuir, porque senão depois também ficamos um pouco agarrados àquilo que foi uma parte da nossa intervenção na discussão, quando não tínhamos todos os elementos sobre os quais nos queríamos pronunciar. Porque nós temos obrigações e para cumprir as nossas obrigações precisamos de ter recursos e os recursos são recursos financeiros, estamos a falar de dinheiros públicos e este equilíbrio tem sempre que existir. Enfim, para todos nós é mais fácil dizer é necessário fazer isto, é necessário fazer aquilo, é necessário fazer o outro, mas quando temos alguma ponderação, mas todos temos que fazer opções e temos que definir prioridades e as prioridades às vezes não são só definidas por nós, aqueles que se sentam neste lado ou aqueles que estão sentados aí nessa bancada são também aquilo que nos chega e vos chega por via das pessoas com quem contactamos. Nós somos da política e é esse o nosso papel é sermos os portadores dos vários interesses com quem contactamos. Se eles chegam a



nós, nós temos o dever de os trazer para estas Assembleias e até muitas vezes tendo alguma dúvida sobre a sua razoabilidade, admito isso, mas temos que os trazer e a partir do momento em que se disse, é daquelas coisas, as palavras saem e depois não se agarram. Se há coisa na qual nós fundamos a nossa existência é na nossa identidade e ninguém gosta que chamem atenção, “tu ontem disseste isto e agora estás a dizer aquilo”. Percebamos que a forma como discutimos ou como somos levados a discutir matérias de tão grande importância não é da melhor forma de podermos assumir plenamente as nossas responsabilidades.

Em relação a outras questões. Eu peço desculpa, não queria demorar muito tempo com isto, mas há questões que nós temos que perceber. A questão do investimento. Almada não consegue resolver problemas que ultrapassam Almada. Nós temos aqui uma divisão, eu chamo atenção para o artigo 51º, do Diário da República, 2ª Série, nº 47, de 9 de março de 2015, estão lá definidas qual é o conteúdo, a missão que se pretende para a divisão de desenvolvimento económico, não vou estar aqui a definir todo o conjunto das alíneas, mas isto é o verbo, o resto é o resto, e o resto é o mais importante. E peço desculpa, nós podemos fazer todo o esforço, mas em relação às Grandes Opções de Investimento no quadro deste Mandato governativo que agora terminou, eu peço desculpa, não quero personalizar a questão, mas o que tivemos foi Contentores da Trafaria, estas é que são as grandes questões de investimento de Almada, Contentores da Trafaria. Tivemos o Polis da Costa da Caparica, estas é que são as grandes questões de investimento de Almada. Estamos a falar de centenas de milhares de euros. Para os Contentores da Trafaria falava-se em mil milhões, para o Polis começou por ser os duzentos milhões e depois gastou-se o dinheiro do capital social e os fundos europeus e ficou o resto para o qual não se arranjou o dinheiro, ficam lá os hotéis à espera que alguém os venda. De acordo, mas estamos de acordo em relação a isto. Mas outro, o outro que é PUAN e a Margueira e a questão do Arco Ribeirinho Sul. Chegamos aqui e dizer, “não, não fazem, não acontecem” e o investimento? O Chinês prometeu publicação do Sol, mil milhões de euros de investimento para a Margueira e eu próprio numa Assembleia Municipal ou mais do que uma, falei nisso. E aceitamos que não havia as chamadas utilizações ou os temporários do Parque da Margueira, justamente porque havia a possibilidade daquilo ser vendido por atacado a um promotor estrangeiro com os tais mil milhões. É isso que se passa e portanto temos lá os pavilhões à espera, porque estamos à espera dos mil milhões que hão de chegar de um Chinês ou outro tipo qualquer que venha, estão optar ou autorizar os usos temporários. E vamos lá ver, isto são as grandes coisas do investimento, isto são as grandes coisas do investimento, mas podemos fazer pequenino, sim, nós pequenino também fazemos. Mas é pequenino, é pequenino. Depois há coisas que nós também não podemos aceitar, nós somos uma área ambientalmente sensível, que isto fique claro para os que estão aqui na sala e



para aqueles que nos queiram ouvir. Investimentos aqui que violem aquilo que já está tão ferido que é o nosso ambiente, calma, não estamos dispostos a isso, estamos dispostos a todos os entendimentos, todos os entendimentos, mas salvaguardando aquilo que é o nosso património e portanto não pensem que isto aqui é a selva, Almada não é a selva. Nós continuaremos a defender os interesses presentes e futuros dos almadenses, e esta é outra condição em relação ao investimento. Abertos, totalmente abertos, podem ler o dito artigo da divisão que vamos pôr e queremos todo o investimento, todo, nenhum será posto de lado, mas há aqui algumas condições que nós temos que salvaguardar. Naturalmente nunca nos entenderemos em relação a isto, nunca nos entenderemos, não vale a pena gastarmos as nossas energias nesta matéria, até porque é daquelas questões que são fracionantes, são fracionantes não só em relação à nossa sociedade como provavelmente em relação à nossa interpretação do mundo. Nós continuamos a ter a consciência e continuamos a ter, embora compreendendo que correlação de forças utilizando os termos ideológicos entre o capital e o trabalho não é atualmente muito favorável ao trabalho, antes pelo contrário, mas continuamos a defender que na relação entre o poder económico e o poder político deve ser o poder político, deve ser a vontade do cidadão que deve predominar e faremos tudo para que seja assim. Faremos tudo para que seja assim. E isto não quer dizer diminuir ou minimizar aquilo que é o papel das dinâmicas e das forças dos mercados. Sabemos onde é que estamos, o mundo em que vivemos, temos perfeita consciência disso, avançamos muito nestes últimos séculos, percebemos perfeitamente o mundo em que mexemos, mas percebemos perfeitamente o mundo em que mexemos, não podemos prescindir daquilo que é o nosso objetivo fundamental e que naturalmente para que salvaguardemos a paz e para que continuemos a viver e a entendermo-nos uns com os outros, mesmo divergindo e mesmo naturalmente dando todo o colorido às nossas reuniões das Assembleias Municipais e de outros órgãos, mas é preciso que sejamos capazes de sobreviver e não deixarmos que a lei da selva passe a dominar as nossas relações. Que seja a vontade do Povo a dominar e estamos muito satisfeitos que hoje se tenha formado um Governo que sai de eleições livres e que assenta na vontade da Assembleia da República. É isto que quero dizer.”

6.1.2.17 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Presidente da Câmara, quero agradecer a resposta que procurou dar, não nos trouxe grande novidade é certo, mas Sr. Presidente nós podemos entender que a sua visão da sociedade, do mundo, da criação de riqueza e da redistribuição e o reinvestimento no território onde ela é criada possa ser diferente. Isso é legítimo, estamos felizmente numa sociedade democrática onde não apenas no dia quatro houve eleições livres mas ao longo de quarenta e um anos. E por isso é com muita satisfação que podemos de forma plural respeitarmo-nos nas nossas diferenças e tentarmos encontrar pontes ou pontos de contato.



Aquilo que é verdade é que neste Orçamento e ao contrário daquilo que há pouco a Deputada Luísa Ramos procurou fazer entender, o PSD não deixou de fazer propostas não só para este momento, mas ao longo destes dois anos, ao apresentar sucessivamente propostas concretas ao nível da fiscalidade municipal, ao nível da criação de um parque empresarial e tecnológico junto à Faculdade de Ciências e Tecnologia que entendemos nós é o território por excelência que pode ajudar a dinamizar atividade económica e a criar emprego. Demos também exemplos no próprio Congresso Almada, onde eu tive ocasião de apresentar um conjunto de dados objetivos de realidades da Área Metropolitana onde fica evidente que outros Municípios com outra estratégia conseguiram criar mais emprego, mais empresas e com isso ter a maior capacidade de investimento do que o Município de Almada, e por isso é certo que podemos ter visões diferentes, mas também é certo que há dados objetivos que demonstram que há oportunidades que se têm perdido também no Concelho de Almada. E por isso Sr. Presidente, com toda a legitimidade o Executivo entendeu não dar resposta factual a um conjunto de propostas também elas concretas que o PSD tem apresentado ao longo dos tempos, porque convenhamos, aparece uma divisão para a captação de grandes investimentos, mas se em paralelo não se apresentar um guia do investidor como nós já temos sucessivamente proposto, se em paralelo não se fizer uma gestão integrada e estratégica de terrenos para criar infraestruturas e não é para termos aqui em Almada um tecido empresarial que ponha em causa as vertentes turísticas, as vertentes ambientais, não é isso que está em questão, a questão é que nós nem sequer infraestruturas básicas para atrair um médio investimento temos. O Sr. Presidente queixa-se entretanto que não houve oportunidade de desenvolver porque houve um Governo que quis fazer um Terminal de Contentores e acabou com o Programa Polis que começou e nasceu mal. Sr. Presidente, mas antes desse tal projeto de contentores ou desse programa polis o que é que Almada tinha tido de estratégico para se desenvolver seja no turismo, seja nas empresas, seja na criação de emprego. A verdade é que nós já desafiámos várias vezes o Executivo para de forma factual também dizer quantas empresas é que se criaram. Aquilo que nós descobrimos no Congresso de Almada é que tirando um esforço meritório dos ninhos de empresas que empregam no total duzentas e cinquenta pessoas no Concelho de Almada, num Concelho que tem cento e setenta e cinco mil pessoas, aquilo que é verdade é que esses dados não aparecem, porque na realidade esses investimentos não apareceram. Essa estratégia não existiu. O emprego não se cria em Almada porque essa estratégia na fiscalidade municipal e na proatividade de captação de investimento não existe, mas existe noutros Concelhos aqui em redor. Vamos ver Oeiras que não tem território muito similar, vamos ver cascais que também não tem um território muito diferente, mas tem outra capacidade de atrair investimento. Eu percebo que estejam muito nervosos, mas tenham calma. Agora, Sr. Presidente, aquilo que resulta claro é que este ano como noutros anos o PSD tem procurado



sempre transmitir de forma séria, leal e frontal as nossas visões estratégicas para o desenvolvimento do nosso Concelho. Tem apresentado ao longo dos tempos propostas concretas, desde a taxa da derrama à criação do guia do investidor, à questão do parque empresarial e tecnológico, ao desenvolvimento do apoio a uma estratégia de comércio local integrada, à revitalização do espaço público e ao tempo que nós temos que criar para devolver vida à nossa cidade e aos nossos territórios e portanto Sr. Presidente nós percebemos que se queiram seguir outros caminhos, é legítimos, nós percebemos que se queiram encontrar outras partes de entendimento com outras forças políticas, é legítimo. Não pode é pedir ou não pode é argumentar que procurou ir de encontro às propostas quando na realidade nós não vemos isso no documento, não vemos isso nas dotações orçamentais, não vemos isso na execução que supostamente poderia dar-se por ponto de encontro em relação a alguma coisa que tivessem no passado procurado incorporar no Orçamento ou nas Grandes Opções em anos passados. E, Sr. Presidente, conseguiu criar uma maioria de decisão nesta Assembleia, portanto isso é democrático e todos nós respeitamos como é óbvio, não podia ser de outra maneira, mas a nossa visão continua a ser a nossa, continua a ser frontal e leal e fazemo-lo aqui de forma clara. E aquilo que é verdade é que vamos passar mais um ano e esperamos que essa tal divisão nos apresente um trabalho que nos desminta, mas daqui a um ano vou estar aqui novamente, quantas empresas foram criadas, quantos empregos é que foram criados, que oportunidade é que surgiu para que Almada pudesse ter investido mais e porque é que a Câmara não conseguiu alavancar ainda mais investimento, porque a verdade é esta, a Câmara tem uma boa situação económica financeira, ninguém diz o contrário, mas também é verdade que a Câmara tem menos capacidade de investimento do que poderia ter se conseguisse ter mais atividade empresarial neste Concelho e a prova está que há outros municípios que o conseguem e Almada não consegue.”

6.1.2.18 - O Sr. Deputado Municipal José Lourenço (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu acho que se o ridículo matasse já tínhamos aqui um morto. A questão é muito simples, alguém que vem de um Partido que esteve no Governo, que reduziu o investimento para níveis inacreditáveis, uma ida a anos atrás, anos oitenta, fez o que fez com o investimento neste País, vem agora querer dar lições ao Município de Almada de como se investe e ainda por uma, falando de Oeiras, todos nos lembramos o que é que aconteceu com um grande investimento que estava previsto para Almada, previsto, assinado, e que agora o Sr. Presidente por poucos meses felizmente para todos nós, o Sr. Presidente da República desviou com o Sr. Isaltino para Oeiras o Taguspark, foi assinado aqui em Almada por “n” entidades e foi desviado porque Almada era o que era. E Almada tinha uma Universidade, Oeiras nem Universidade tinha. Falam tanto na ligação Universidade, empresas, falam em empreendedorismo, dizem uma série de tretas, mas efetivamente o que decidiram na altura foi



dar o investimento para o Taguspark e tiraram o investimento daqui. Portanto, o que determina os investimentos municipais fundamentalmente, são estratégias nacionais, não são estratégias locais. É evidente que os Municípios podem criar mais ou menos facilidades, mas aquilo aconteceu em Oeiras até por respeito pela verdade. Era aquilo que eu dizia há pouco usando um aparte. Aquilo aconteceu com Oeiras, aquilo que aconteceu com o Isaltino é bem elucidativo das técnicas utilizadas para atrair investimento. E que outros Municípios com muito trabalho desenvolvido nunca beneficiaram disso? Mas eu termino como comecei, mas que lições temos nós a receber de alguém que vem de uma força política que consegue destruir de uma forma inacreditável o stock de capital neste País. Quer dizer, não há economista da esquerda à direita que não diga que isto é um completo desastre. Quando fala de investimento lembre-se da cadeia toda e não venha para aqui mandar bocas.”

6.1.2.19 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Deputado José Lourenço, eu percebo que tenha também uma visão da economia e da política económica que entenda que o único investimento reprodutor é o investimento público. Aquilo que é verdade é que todos nós já estamos calejados e os contribuintes por maioria de razão. O investimento público quando não é reprodutor como foi o caso em muitas décadas em Portugal, e aí é a responsabilidade de vários Governos, nós não saltamos fora de algumas responsabilidades, agora verdade seja dita o investimento reprodutivo que é ele sim sustentável e que pode ser colocado ao serviço dos cidadãos, é aquele que sendo privado cria valor, que se for devidamente apoiado cria emprego e que permite com isso, seja através da fiscalidade municipal, seja através do reforço da atividade económica, gerar oportunidades de reinvestimento no território. E aquilo que é verdade é que nos últimos anos, ao contrário daquilo que é a cartilha que alguns procuram perfilar, o investimento privado aumentou em Portugal. Aquilo que é verdade é que fruto disso a atividade, aquilo que é verdade é que o investimento tem crescido nos últimos anos, tem com isso criado emprego do ponto de vista líquido, mas como parece que há aqui uma doutrina que acha que a partir de hoje isto vai tudo ser espetacular, nós daqui a um ano vamos cá estar certamente para celebrar uma explosão de atividade económica, de investimento público e de capacidade de reprodução de riqueza que certamente também vai ter reflexos em Almada, até porque a avaliar pelo conjunto de reivindicações ao Governo que é feto neste documento, nós vamos ter um investimento espetacular no ano 2016 e vamos cá ter o Deputado José Lourenço daqui a um ano a congratular-se pelas obras que entretanto o Governo lançou e certamente que a maioria CDU irá aplaudir.”

6.1.3 - Não havendo mais pedidos de uso da palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação das Propostas:



6.1.3.1 - As Propostas Nº 133/XI-3º e 134/XI-3º, foram aprovadas por maioria com vinte votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PAN e Ind.), cinco votos contra (de eleitos do PSD) e treze abstenções (de eleitos do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE e do CDS-PP), através da seguinte deliberação:

Deliberação

A Assembleia Municipal de Almada, em consideração do estipulado nas alíneas c) e ccc), do nº 1, do artigo 33º e nos termos e para os efeitos da alínea a), do nº 1, do artigo 25º, todos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova as Opções do Plano do Município e o Orçamento do Município para o ano de 2016, com o valor global de 80.549.188,94 Euros, nos precisos termos das deliberações da Câmara Municipal de 30 de outubro, 4 e 18 de novembro de 2015.

6.1.3.3 - A Proposta Nº 135/XI-3º, foi aprovada por maioria com vinte votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PAN e Ind.), cinco votos contra (de eleitos do PSD) e treze abstenções (de eleitos do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE e do CDS-PP), através da seguinte deliberação:

Deliberação

A Assembleia Municipal de Almada, em consideração da Lei nº 35/2014, de 20 de junho e nos termos e para os efeitos da alínea o), do nº 1, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova o Mapa de Pessoal dos Serviços Municipais de Almada para 2016, com um total de 1891 postos de trabalho preenchidos e por preencher, nos precisos termos das deliberações da Câmara Municipal de 30 outubro, 4 e 18 novembro 2015.

6.1.3.4 - As Propostas Nºs 136/XI-3º e 137/XI-3º, foram aprovadas por maioria com vinte e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do BE, do PAN e Ind.) e dezasseis abstenções (de eleitos do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do PSD e do CDS-PP), através da seguinte deliberação:

Deliberação

A Assembleia Municipal de Almada, em consideração do inscrito nas alíneas c) e ccc), do nº 1, do artigo 33º e nos termos e para os efeitos da alínea a), do nº 1, do artigo 25º, todas da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova as Opções do Plano dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada e o Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento - SMAS para o ano de 2016, com o valor global



de 31.477.991,67 Euros, nos precisos termos da deliberação da Câmara Municipal de 30 de outubro de 2015.

6.1.3.6 - A Proposta N.º 138/XI-3.º, foi aprovada por maioria com vinte e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do BE, do PAN e Ind.) e dezasseis abstenções (de eleitos do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do PSD e do CDS-PP), através da seguinte deliberação:

Deliberação

A Assembleia Municipal de Almada, em consideração da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e nos termos e para os efeitos da alínea o), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprova o Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada - SMAS para 2016, com um total de 574 postos de trabalho, preenchidos e a preencher, nos precisos termos da deliberação da Câmara Municipal de 30 de outubro de 2015.

9 - Considerando o adiantado da hora decidiu-se interromper os trabalhos para continuar na terceira reunião, dia 27 de novembro de 2015.

10 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, do Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimo Senhor Joaquim Estevão Miguel Judas e dos Vereadores Excelentíssimos/as Senhores/as José Manuel Raposo Gonçalves, Maria Amélia de Jesus Pardal, Rui Jorge Palma de Sousa Martins, Maria do Carmo Mira Borges, Francisca Luís Baptista Parreira, Ivan da Costa Gonçalves e Francisco Miguel Pereira Cardina.

11 - Foi verificada a presença na Reunião dos Jornalistas, Senhores Sandra Guerreiro e Miguel Ribeiro do Boletim Municipal DIRP - CMA; da Sr.ª Jurista Teresa Canarias de apoio à Presidência da Câmara Municipal de Almada, e de vinte e quatro Srs. Múncipes.

12 - Foi entretanto requerido a aprovação da Minuta da Ata, que foi aprovada por unanimidade.

13 - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 00H25, do dia 27 de novembro de 2015.

14 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata, que vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

A 1ª SECRETÁRIA _____

A 2ª SECRETÁRIA _____